



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0780/14	DATA: 03/06/2014	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h23min	TÉRMINO: 17h50min	PÁGINAS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LEONARDO ANASTÁCIO MASCARENHAS - Advogado do Deputado Estadual da Bahia Soldado Marco Prisco.
VIVALDO AMARAL - Advogado do Deputado Estadual da Bahia Soldado Marco Prisco.
DINOEMERSON TIAGO DOS SANTOS NASCIMENTO - Advogado de Deputado Estadual da Bahia Soldado Marco Prisco.
LUIZ GONZAGA RIBEIRO - Deputado Estadual de Minas Gerais (Deputado Subtenente Gonzaga).
FÁBIO DA SILVA BRITO - Presidente interino da Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia — ASPRA-BA.
ANGÉLICA MACHADO - Sargento da Polícia Militar do Distrito Federal.
WAGNER SIMAS - Vice-Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares — ANASPRA.
FLÁVIO SABINO - Representante da Associação de Cabos e Soldados do Ceará.
BERNARDINO GAYOSO - Representante da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis — FEIPOL Nordeste.
MARINILSON PEREIRA DOS SANTOS - Representante da Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará — ACSMCE.
ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Representante da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina — APRASC.
BRASILEIRO - Representante da Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia — ASPRA-BA.
ADRIANA BORGIO - Presidente da Associação de Familiares e Amigos de Policiais do Estado de São Paulo - AFPEPSP.
DIVINATO DA CONSOLAÇÃO - Presidente da FEIPOL Centro-Oeste e Norte.
CAPITÃO WAGNER - Vereador de Fortaleza.
MANOEL ARAGÃO DA SILVA - Deputado Estadual de Tocantins (Deputado Sargento Aragão).

SUMÁRIO

Debate sobre atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas; e sobre o direito de greve para os policiais.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Declaro aberta a 16ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que foi convocada para debater a situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas e o direito de greve para os policiais, em resposta ao Requerimento nº 323/2014, dos Deputados Mendonça Prado e Fernando Francischini.

Assim, convido para comporem a Mesa o Sr. Leonardo Anastácio Mascarenhas, advogado, o Sr. Dinoemerson Tiago dos Santos Nascimento, advogado, e o Sr. Vivaldo Amaral, advogado.

Esclareço que, para o ordenamento dos trabalhos, nós adotaremos os seguintes critérios: os convidados disporão de 20 minutos para a exposição, não podendo ser aparteados; os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Senhoras e senhores, eu quero agradecer a todos a presença. Nós já fizemos a leitura de como acontecerá a nossa reunião, mas, como temos aqui ilustres líderes das forças de segurança de diversos Estados brasileiros, nós adotaremos o seguinte procedimento: vamos ouvir inicialmente os advogados do soldado e Vereador de Salvador, Marco Prisco, e, posteriormente, vamos abrir aqui as inscrições para que todos possam se pronunciar.

Todos sabem que o objetivo deste nosso encontro é tratar da atual situação que envolve os policiais militares e os bombeiros militares em relação aos movimentos reivindicatórios, o que tem trazido consequências danosas para aqueles que fazem parte das forças de segurança do nosso País. Já está mais do que na hora de discutirmos uma legislação que permita que esses trabalhadores, esses servidores públicos, possam reivindicar de forma justa; possam exigir dos governantes uma melhor situação e melhores condições de trabalho. Nesse sentido, nós vamos abrir este debate.

Evidentemente que a questão do Prisco estará nessa primeira fase, e os expositores apresentarão os argumentos da defesa e os aspectos jurídicos desse evento que envolveu o Soldado Prisco. Posteriormente, todos terão direito a fazer uso da palavra, tratando, logicamente, dos assuntos que acabei de mencionar. Mas será uma reunião democrática, sem muita formalidade, para que todos se pronunciem.



Quero deixar claro que os pronunciamentos e tudo o mais que for dito aqui será gravado e nós teremos todos os registros nos Anais da Câmara dos Deputados para que, se necessário for, posteriormente, os Srs. Parlamentares possam deles fazer uso e qualquer pessoa do povo possa fazer a leitura dos pronunciamentos.

Portanto, vamos iniciar com a exposição dos advogados. Primeiramente, fará uso da palavra o Dr. Leonardo e, posteriormente, os demais, na sequência. Em seguida, nós abriremos para que todos possam participar deste debate.

Antes do pronunciamento do Dr. Leonardo, quero registrar a presença de Parlamentares. Não os convidei para a Mesa neste primeiro momento em função da quantidade de advogados, mas nós temos aqui o Vereador Capitão Wagner, de Fortaleza; do Deputado Estadual Sargento Aragão, de Tocantins, e do Deputado Federal Gonzaga, de Minas Gerais. Temos mais algum Parlamentar presente? *(Pausa.)* Então, os Parlamentares aqui presentes são esses que acabei de mencionar.

Com a palavra o Dr. Leonardo Mascarenhas.

O SR. LEONARDO ANASTÁCIO MASCARENHAS - Boa tarde a todos os presentes a esta audiência pública.

Em primeira mão, antes de adentrar a questão do Vereador Marco Prisco, eu gostaria de agradecer ao Deputado Mendonça Prado, do DEM de Sergipe, pela forma como tratou o problema. É notório para todos nós que o Deputado Mendonça Prado tratou o problema como uma questão verdadeiramente de Estado, como algo que deve ser discutido por um Parlamentar. S.Exa. não abdicou em momento algum de tratar o problema com total seriedade, tanto que promoveu esta audiência pública.

Não há como pensar a promoção desta audiência pública como algo eleitoreiro, até porque o problema não diz respeito ao seu Estado de origem. Então, não teria vantagem de cunho eleitoral nenhum em abraçar a causa como abraçou. O Deputado — eu fico muito orgulhoso de dizer que, ao longo desse período, considero o senhor meu amigo — pensou na questão nacional, na questão inclusive dos Srs. Parlamentares. E eu entendo que o que ocorreu com o meu cliente é algo que pode ocorrer com qualquer Parlamentar no exercício da sua função, até porque não foi respeitada, a nosso ver, sua condição de Vereador do Município de Salvador, pela forma como foi tratada e conduzida a situação.



De pronto, eu gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas advogados que compõem a bancada de defesa em prol do Vereador Marco Prisco, pois qualquer coisa, ou tudo, que aconteceu em prol do Vereador, nos deixou muito mais próximos agora da sua soltura. Acreditamos que, dentro de algumas horas, poderemos conseguir verdadeiramente essa soltura, porque, apesar da decisão de sexta-feira passada, o Vereador encontra-se ainda custodiado na Papuda. Esse êxito, com toda certeza, será responsabilidade e mérito de todos os advogados que compõem sua defesa, assim como dos dirigentes da ASPRA — Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do DF, Associação de que o Vereador era Diretor-Geral — todos seus associados e diretores trabalharam em prol dessa soltura. Então, agradeço aos meus colegas que compõem a Mesa e aos diretores que aqui estão presentes.

A situação do Vereador Marco Prisco foi algo com que nós, no Direito — acho que o Dr. Vivaldo colocou bem hoje pela manhã, dizendo que, em mais de 20 anos de advocacia, ele aprendeu muito com a situação de Marco Prisco —, aprendemos, porque aconteceram coisas que nós não esperávamos e que fogem ao Direito. Nós entendemos que, quando houve o decreto prisional e o cumprimento desse decreto contra o Vereador Marco Prisco, não fazia mais sentido algum que isso acontecesse, até porque o decreto mencionava que era para a garantia da ordem pública, e a ordem pública já estava garantida.

Além disso, o Vereador esteve com autoridades policiais antes de ser preso, mesmo com o decreto já em vigor. Poderia ter sido preso e não o foi, porque, naquele momento, o Vereador era útil. O Vereador era útil na negociação de um movimento que ele não queria, um movimento no qual a todo tempo ele ficou como pacificador. Inclusive isso está nos autos do processo.

Esse é o motivo pelo qual inclusive acreditamos que o Juiz da 17ª Vara Federal de Salvador tenha tido a coragem suficiente para revogar o decreto prisional, até porque nós demonstramos demasiadamente, ao longo do processo, que o Vereador não queria a desordem, mas, sim, buscava a ordem. Graças a Deus, o Juiz assim entendeu, conseguiu assimilar as provas acostadas aos autos, e tivemos a vitória, na sexta-feira, da revogação da prisão.

Quando o Vereador foi preso, não fazia mais sentido, até porque o decreto prisional — 3 dias antes de sua prisão, salvo engano —, a ordem na Polícia, a



ordem da sociedade baiana, já estava estabelecida. Atribuímos isso... Não posso dizer... Eu sou técnico, tenho que ser técnico, e não vou entrar na seara política, apesar de todo esse imbróglio permear a seara política, porque estamos falando de um Vereador, mas acreditamos que o Judiciário foi induzido a cometer alguns equívocos. Graças a Deus, com o poder de que é constituída a nossa Carta Magna, conseguiu-se restabelecer, perceber que havia sido induzido, que a coisa não era como se pintava.

Então, o que nós podemos observar ao longo desse processo é que o rito processual penal, o Código de Processo Penal por diversas vezes foi desrespeitado — esse é o entendimento da defesa. Acreditamos que agora, depois mais ou menos de 46 dias, conseguimos fazer com que o Judiciário percebesse que havia cometido alguns equívocos. Por isso, nós conseguimos a soltura.

O Estado da Bahia está em perfeita ordem há muito tempo. Aliás, o Estado da Bahia não esteve em desordem desde o dia em que o Vereador foi preso; estava tudo estabelecido. Não entendemos o porquê disso. Não podemos entender essa prisão como algo eterno, porque, da forma como foi posta, a prisão só poderia acabar com o fim da eternidade. Prendeu-se um homem para que ele não cometesse algo, sem que ele tivesse cometido...

Ora, quando é que o Estado, a população, a Justiça vai ter certeza de que esse homem não irá cometer algo? Nunca! Nunca! Agora, o que você não pode fazer é prender alguém para que ele não faça algo, antecipando uma conduta delituosa. Então, isso é inconcebível, inclusive porque estamos falando de um Parlamentar.

Imaginem se os senhores que os que hoje defendem qualquer tipo de entidade ou de grupos de trabalhadores neste País não puderem mais, de forma alguma, se expressar, porque serão entendidos como pessoas a provocar a desordem! Que desordem é essa? O que é desordem? Esta pergunta nós fizemos diversas vezes: qual é a desordem que o Estado aponta que está acontecendo e por que ele está preso? Ninguém sabia dar uma resposta objetiva. A resposta seria: *“Pegue-o, tranque-o, tire-o do seio da família, jogue-o no meio da Papuda e demonstre que o Estado tem poder, tem força”*.

O Estado, no nosso entendimento, usou de forma ardilosa o Judiciário. Não estou dizendo que o Judiciário cometeu qualquer ardil; eu estou dizendo que as



coisas aconteceram de tal forma que deram a entender que Prisco era outra pessoa, e não essa pessoa que nós conhecemos. Quem o conhece sabe que muito daquilo que se diz ou a totalidade daquilo que se diz não é verdade, porque Prisco pregou dessa vez a paz, inclusive estava sendo intitulado pela tropa como traidor, porque estava buscando o diálogo.

Portanto, essa é a nossa visão do processo e de toda a questão do Vereador Marco Prisco. Detalhes os meus colegas podem expor para os senhores, algumas coisas mais técnicas. Obviamente, no momento das perguntas, nós estaremos sempre aqui, à disposição.

Eu passo a palavra ao Dr. Vivaldo, para que ele possa manifestar seu entendimento sobre a prisão. Posteriormente, terá a palavra Fábio Brito e o Dr. Dinoemerson.

O SR. VIVALDO AMARAL - Boa tarde, senhores e senhoras aqui presentes. Inicialmente, eu gostaria de saudar efusivamente o Deputado Mendonça Prado, do DEM de Sergipe. Eu quero dizer que é uma honra estar diante de S.Exa., que tanto dignifica um Estado vizinho do nosso, a nossa querida Bahia.

Faço minhas as palavras do eminente colega Leonardo sobre a iniciativa de S.Exa., da ausência de ganhos políticos de S.Exa., principalmente quando estamos à beira de eleições. O povo, nas ruas, Deputado, pede isso que nós estamos fazendo aqui, por meio de iniciativa de V.Exa. As pessoas aí fora estão pedindo para que os Parlamentares trabalhem, discutam o Brasil, façam uma “agenda Brasil” na qual conste a questão segurança pública, os direitos e principalmente os deveres dos policiais, sejam eles federais, policiais militares, rodoviários ou até os guardas municipais.

Então, é uma honra estar aqui tentando ajudar, de alguma forma, a dignificar esse brilhante trabalho, Deputado, que V.Exa. exerce aqui na Câmara dos Deputados.

Gostaria também de fazer uma referência elogiosa aos demais Parlamentares, aqui presentes e principalmente aos ausentes de corpo, Deputado, porque, nesse processo do companheiro Prisco, vários Parlamentares da nossa Bahia contribuíram para que o nosso trabalho fosse coroado de êxito — como bem disse o Dr. Leonardo, hoje, com certeza, teremos a soltura do nosso companheiro Prisco. São eles o Deputado Capitão Tadeu — não é isso Evaldo? —, que muito nos



ajudou, Deputado Estadual pela Bahia; o Deputado Sargento Isidoro, que também não está aqui fisicamente, mas, com certeza, espiritualmente. Se efetivamente esta reunião estiver sendo passada nas teles, nos órgãos de divulgação, com certeza eles estarão nos assistindo e cumprimentando V.Exa.

Cumprimento efusivamente a minha querida Angélica Machado, essa guerreira, representante das mulheres policiais brasileiras — e, com humildade, eu digo a V.Exa. que eu gostaria de ser eleitor aqui em Brasília, só isso.

Gostaria, também, de fazer uma referência a todos os operadores de Direito, sejam eles juízes, promotores, defensores públicos, advogados, se porventura estejam aqui, especialmente a Dra. Marcela Maron, que representa todas as advogadas do Brasil, essa mulher guerreira que realmente contribuiu muito para o sucesso da nossa equipe.

Eu gostaria ainda de cumprimentar todos os presidentes de associações policiais que porventura estejam aqui — eu soube que muitos viriam —, como o Tenente-Coronel Edmilson, que está à frente da Associação de Oficiais da Bahia, Força Invicta; ao Sargento Jackson, Presidente da Associação de Sargentos e Subtenentes da Bahia; ao Presidente do Sindicato da Polícia Federal, também; e da Polícia Rodoviária Federal, que me confirmaram que viriam e devem estar chegando.

Mas, senhores...

O SR. LEONARDO ANASTÁCIO MASCARENHAS - Dr. Vivaldo, permita-me só um aparte, porque nós esquecemos, mas é de extrema importância.

O SR. VIVALDO AMARAL - Pois não.

O SR. LEONARDO ANASTÁCIO MASCARENHAS - A Dra. Cibele e o pessoal da ANDESP, que é do meu Estado, e o Dr. Rubens que colaboraram imensamente conosco e fazem parte desta equipe. A Dra. Cibele chegou ali agora e por isso é que nós não a havíamos mencionado.

Dra. Cibele receba nossas homenagens.

O SR. VIVALDO AMARAL - Muito obrigado, Dr. Leonardo. É isso aí, perdoem-me. Realmente, a Dra. Cibele, como eu disse, é pé quente: chegou aqui a Brasília e, no instante, as coisas foram resolvidas. O Dr. Rubens, também, esse incansável guerreiro, que eu não estou vendo, mas, com certeza, deve estar aqui.



Mas, senhores, com humildade, eu vos digo que eu conheço um pouquinho a problemática de segurança pública do meu Estado, até porque eu já estou nesta área há quase 30 anos. Eu fui oficial da Polícia Militar, formado pela Academia da Polícia Militar, sempre trabalhei na rua; fui oficial do Batalhão de Choque há muito tempo; fui delegado de polícia; sou advogado criminal há quase 20 anos, e advogo para quase todas as associações de policiais do meu Estado: Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

Hoje, realmente, está muito difícil ser policial, e acredito que o problema não se restringe exclusivamente ao Estado da Bahia, Deputado; acho que isso se dá no âmbito do Brasil inteiro. Mas esse é um objeto que V.Exas., com certeza, saberão debater e encontrar soluções para resolver isso aí.

Para não fugir ao tema, vamos tratar de questão do companheiro Prisco, que, volto a dizer, para nossa felicidade, hoje será resolvida. Disse o companheiro Leonardo que quando o Prisco foi preso, realmente, a sociedade estava pacificada. Com certeza, estava.

Só para fazer uma cronologia dos fatos, existia, antes da deflagração do movimento paredista — que algumas pessoas dizem que é uma greve —, existiam rumores, dentro dos quartéis e em quase todas as corporações policiais da Bahia, para não dizer do Brasil, de uma insatisfação generalizada. Por conta disso, o Ministério Público Federal, em particular na Bahia, entendeu por bem requerer ao Juiz da 17ª Vara Federal uma ordem de prisão contra o Prisco porque, na visão deles, era o líder maior e deveria ser custodiado a fim de que o movimento não fosse deflagrado.

Esse pedido chegou à 17ª Vara Federal no dia 14. O juiz, diligente, despachou no dia 15, ou seja, praticamente menos de 24 horas depois. Mas o que nos chamou a atenção foi que, no dia 15, houve uma assembleia, que começou por volta de 21 horas. À tarde, o Vereador Prisco recebeu um convite para participar de uma reunião e, nesta reunião, ele debateu, acordou e ajustou cláusulas que levaria para plenária a fim de que, após deliberação, o movimento fosse encerrado.

Efetivamente, ele fez isso: levou o que havia sido pactuado entre ele — o movimento, em tese — e as autoridades. Só que, no momento em que ele apresentou essa proposição, foi, de imediato, rechaçado pela assembleia que se fazia presente. Não é isso, Leonardo? O Fábio Brito estava lá na hora. Com o



tsunami sobre o Sr. Vereador Marco Prisco, outra alternativa ele não teve senão quedar-se perante a vontade da assembleia, e o movimento foi deflagrado no dia 15, por volta da meia-noite, mais ou menos.

O movimento se estendeu pelo dia 16; negociações aconteceram entre representantes do movimento e o Governo e, no dia 17, sob as bênçãos do Arcebispo Primaz do Brasil, o movimento foi encerrado através de um acordo.

Pasmem V.Exas.: representantes do Governo assinaram esse acordo.

Isso foi no dia 17. Sabe-se lá por que, a ordem de prisão formatada não foi cumprida. Estava claro e o juiz determinou que a ordem de prisão visava evitar que o movimento fosse deflagrado.

Então, terminado o movimento no dia 17, com a sociedade pacificada — porque o objeto da prisão era restabelecer a ordem pública —, pasmem V.Exas.: no dia 18, as viaturas estavam trabalhando normalmente, os policiais estavam nas ruas, as pessoas iam aos *shoppings*, o Parlamentar, cansado, chama a sua família e sai em direção à Linha Verde, uma área hoteleira no norte da Bahia, quando é surpreendido, preso e trazido aqui para a penitenciária da Papuda.

Ao chegar à penitenciária, exercendo os direitos constitucionais que lhe são cabidos, foi cedido ao Vereador o direito de entrar em contato com o seu advogado, e ele o fez.

Eu tenho isso aqui, Deputado, em áudio, em primeira mão, para mostrar a V.Exas. Eu sei que, pela exiguidade do tempo, eu não posso mostrar, mas eu tenho aqui em áudio a ligação. Eu dei ciência a ele de que gravaria, e ele autorizou, a ligação que ele fez me pedindo para que conversasse com os policiais — depois eu vou deixar uma mídia com V.Exas. — para que os policiais não parassem de trabalhar. Foi mais ou menos assim: *“Dr. Vivaldo, por favor, peça a todos os policiais da Bahia que não parem o serviço e que respeitem a sociedade baiana”* — isso com ele preso, Deputado, aqui na Papuda. *“Respeitem a sociedade da Bahia. Não parem o serviço”*.

Isso foi feito. Fomos eu, o Dr. Tiago e Leonardo, com a colaboração e a orientação do Dr. Fábio Brito, aqui presente. Nós saímos de quartel em quartel, porque a tropa então já estava muito chateada, por conta de ter sido feito um acordo que, supostamente, foi quebrado. Inicialmente, a visão era de que o Vereador tinha sido traído, mas nós chegamos e começamos a informar a tropa, e graças a Deus



não houve a retomada do movimento, e de lá pra cá, a sociedade baiana está, em tese, efetivamente pacificada.

Eu digo em tese porque os índices de criminalidade da Bahia realmente eu deixo que V.Exas. da Comissão analisem, para que efetivamente vejam e discutam isso sem paixão, de maneira imparcial, e então eu quero ter o prazer de retornar aqui e debater com V.Exas., mas com relação ao que foi dito a defesa discorda, porque a ordem pública já havia sido restaurada a partir do momento em que o acordo foi cumprido e a tropa veio trabalhar. E, de lá pra cá, são quase 50 dias em que a gente vem tentando mostrar os fatos ao sistema, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, dando inclusive garantias de que o Vereador Marco Prisco não quis a greve, dando garantias de que se ele for solto não haverá perturbação da ordem pública, de que ele, solto, vai respeitar os ditames da Justiça, de que o nosso cliente respeita a Justiça do Brasil, e mais ainda, de que nós advogados ainda acreditamos na Justiça do nosso País.

É isso que nós íamos dizer aos Srs. Ministros do Supremo, mas infelizmente nós tivemos que desistir do *habeas corpus*; desistimos, e, graças a Deus, um juiz da Bahia, o Dr. Fábio Roque, um juiz corajoso, um juiz sério, um juiz trabalhador, imparcial, tomou a decisão, creio eu, correta: estabeleceu as garantias, ou melhor, medidas alternativas à prisão, e com certeza essas medidas serão cumpridas, religiosamente, pelo Parlamentar Marco Prisco, e, como disse Leonardo hoje, teremos o prazer, com fé em Deus, de buscá-lo, não é?

Eu, Deputado, peço desculpas. Eu imagino que devo ter-me excedido, mas a emoção... É uma pessoa que... Somos nós que estamos aqui hoje, e não é mais um relacionamento de cliente e advogado; nós vemos em Marco Prisco um cidadão, eu diria, doente, uma pessoa que está lá, doente fisicamente, doente mentalmente, porque aquele ali não é local para se guardar, para se depositar uma pessoa. Com todo o respeito aos estudiosos da área, eu também sou, ou melhor, tento ser um estudioso, mas eu acho que não se corrigem as mazelas da sociedade, produzidas pela própria sociedade, depositando ali um cidadão primário, tecnicamente primário, com família constituída, com filhos, com mulher, com amigos, no exercício de um mandato, pegando o cidadão e depositando ali.

É necessário que se diga, senhores, que um preso custa para nós cidadãos 3.125 reais. Imaginem, multipliquem isso pelo tempo que o Sr. Marco Prisco está lá.



Quantos delinquentes deveriam estar lá, mas infelizmente não estão? É necessário que se esclareça que a própria Diretora — e aqui eu vou deixar o Dr. Fábio Brito explicar isto melhor — disse que Marcos Prisco, pelas características dele, não poderia estar ali. Ele não poderia estar ali por tudo que já comentamos: é tecnicamente primário, Parlamentar no exercício da função, sem condenação transitada em julgado.

Eu gostaria de interromper a minha fala e dizer que, salvo engano, entrou aqui agora um representante do sindicato da Polícia Civil, salvo engano, o Dr. Bernardino Gayoso, não é isso? Perfeitamente. É uma honra ter V.Exa. aqui conosco. Eu tomo até a iniciativa pelo Presidente, e pela Bahia também.

Então, senhores, sem maiores delongas, perdoem a emoção, mas ela é fruto de uma alegria, de uma vitória suada nossa, com certeza com o apoio da sociedade brasileira, que viu que efetivamente o Vereador Marco Prisco não quis a greve e principalmente não merecia estar ali.

Eu coloco-me à disposição para logo após o encerramento a gente discorrer mais sobre isso.

Deputado, é uma honra estar aqui diante de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço, e é uma honra para todos nós recebê-los aqui.

Antes de passar a palavra para Fábio Brito, farei aqui mais alguns registros. Nós temos aqui a presença da Sargento Angélica, da Polícia Militar do Distrito Federal; do Cabo Torres, da Polícia Militar do Distrito Federal; de Décio Couto Clemente, que é Vice-Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Servidores Públicos; de Adriana Borgo, que é da Comissão de Direitos Humanos do Estado de São Paulo; de Vivaldo Borgo, também da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O nosso amigo Wagner Simas, que é da ASPRA de Alagoas, está aqui presente. Pela Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina, Elisandro Lotin de Souza está aqui presente. Nós temos aqui também Marinilson Pereira, da Associação dos Cabos e Soldados do Ceará. Nós temos aqui também a presença do nosso querido amigo da Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará, o Cabo Sabino. Está aqui presente Gandra, da Associação dos Policiais Cíveis, e nós temos ainda a presença de Evaldo Silva, do Observatório da Cidadania.

Ficou alguém sem ser mencionado, por gentileza?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Gayoso já foi mencionado por Vivaldo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Então, devidamente registradas as suas presenças, sintam-se V.Sas. bem-vindos a este encontro (*risos*).

E eu passo a palavra agora a Fábio Brito, que é presidente interino da ASPRA da Bahia, para que ele possa fazer a sua exposição. Logo em seguida nós vamos ouvir o Dr. Dinoemerson Tiago dos Santos Nascimento, também advogado de Marco Prisco, e posteriormente nós vamos iniciar aqui a discussão, se houver necessidade de alguma indagação aos senhores advogados.

Pela ordem, pede a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga, de Minas Gerais, ele que é oriundo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - É com muita honra que eu venho de Minas Gerais. Eu sou o Subtenente Gonzaga, da Polícia Militar de Minas Gerais, Deputado, e eu queria primeiramente agradecer-lhe e reconhecer o esforço, o empenho e a responsabilidade com que o senhor tem tratado os policiais militares e as nossas amarguras, não é? Quero agradecer-lhe e reconhecer a importância do requerimento apresentado por V.Exa., e mais, a importância de ter aquiescido quanto à participação dos demais dirigentes das nossas associações nacionais, da ANASPRA, em especial, porque o ponto de vista jurídico está sendo exposto pelos nobres advogados, mas o que se vê de fato é uma criminalização dos movimentos de reivindicação dos policiais e bombeiros militares pelo Brasil afora. O caso de Prisco é o caso mais extremo que nós temos no momento, mas historicamente o Estado brasileiro tem-nos tratado dessa forma.

Eu pedi a palavra apenas porque eu tenho de dar uma saída rápida, mas quero registrar que de fato a gente espera que esta audiência seja o início de um novo processo, inclusive aqui na Câmara, na medida em que quando do Decreto Legislativo nº 206, de 2010, que homologou a Convenção 151 e a Recomendação 159 da Organização Internacional do Trabalho, o próprio Congresso Nacional não considerou a realidade dos policiais e bombeiros militares, na medida em que há uma vedação constitucional de que os policiais e bombeiros possam sindicalizar-se. Quando houve a homologação dessa Convenção 151 e da Recomendação 159, que



mais recentemente foram regulamentadas pelo Decreto nº 7.944, de março de 2013, agora da Presidente Dilma, com base no Decreto Legislativo de 2006, os policiais e bombeiros militares ficaram fora do alcance dessa Convenção, que é a que legitima a representação dos sindicatos, as representações junto ao Governo, ao patrão, vamos dizer assim, que é especificamente o Governo, no caso dos servidores públicos, nessa solução de conflitos, seja para apresentar as reivindicações salariais, seja na solução de problemas.

Então, a gente espera não só que a situação de Prisco, do ponto de vista jurídico, seja tratada, mas que também possamos ter aqui o início de um novo momento, de uma nova preocupação, inclusive da Câmara, com a realidade dos policiais e bombeiros militares, que estão tendo seus movimentos de reivindicação extremamente criminalizados por todos os Governos, os Governos estaduais, não é? Nós temos o exemplo, hoje, do Ceará — que vai ser bem exposto aqui pelo Soldado Sabino e pelo Capitão Wagner —, onde temos 12 policiais militares já demitidos; nós temos a situação de Pernambuco neste momento, onde foi imposta uma multa de 1,1 milhão de reais para duas associações, por conta de um ato de manifestação, lá, há pouco mais de 15 dias; enfim, são inúmeras as situações em que os policiais e bombeiros estão sendo criminalizados em seus processos de reivindicação, que são legítimos.

Portanto, esta é apenas uma primeira fala, porque eu preciso dar uma saída rápida, e vou retornar, mas quero dizer que esperamos que de fato esta audiência pública seja o pontapé inicial, seja o início de um novo processo de reconhecimento, inclusive pela Câmara Federal, da legitimidade da representação dos nossos dirigentes de associações, que é o caso de Prisco, para se posicionarem e sustentarem esse processo de reivindicação junto aos diversos Governos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio Brito, presidente interino da ASPRA Bahia.

O SR. FÁBIO DA SILVA BRITO - Boa tarde, Deputado. Boa tarde, Deputado Mendonça Prado. Obrigado pela oportunidade concedida por V.Exa. para que numa audiência pública nós tivéssemos voz.

Eu queria saudar os demais presentes na pessoa do Deputado, para que eu não faça nenhuma injustiça. Meu agradecimento especial à Sargento Angélica, que



nos recepcionou como filhos em sua casa, guerreira, militante incansável e intransigente na batalha aí contra os desmandos. Muito obrigado, Sargento Angélica, pelo seu apoio.

Neste momento, é com pesar que a gente vem utilizar-se da palavra para falar da criminalização dos movimentos sociais, como disse o Subtenente agora, o Deputado Gonzaga, não é? Há muito que os partidos políticos, com respeito a todos, não faz mais este debate ideológico, sociológico, filosófico. Este debate político tem ficado a cargo dos sindicatos e das associações, e com a criminalização dos movimentos sociais, com a criminalização dos dirigentes sindicais, e de associações e congêneres, a gente tem perdido este debate, porque colocar um policial militar, um Vereador eleito com quase 15 mil votos, um Vereador da terceira maior Capital do País atrás das grades por uma manifestação pacífica é inadmissível. A República está ferida de morte! É o meu parecer: a República está ferida de morte. Quem está preso não é o Vereador Marco Prisco Caldas Machado; quem está preso é o Estado Democrático de Direito. Que isso fique bem claro! Ontem foi o Vereador Marco Prisco; amanhã é o Prefeito, é o Vereador, é o Senador, é o Deputado. Que fique bem claro que isso não afronta a pessoa física de Prisco, mas o Estado Democrático de Direito como um todo, não é?

Essa tentativa de criminalização dos movimentos sociais é uma vergonha para o País. É uma vergonha para a Nação termos hoje no poder pessoas que são Governo, mas que foram Oposição, pessoas que foram presas, torturadas por manifestação pacífica, e que hoje estão no poder, e estão valendo-se dos mesmos expedientes que foram usados na época da ditadura militar. Para mim é uma tristeza muito grande ver essas pessoas no poder se valerem de expedientes iguais, se não piores, se não piores.

Eu queria deixar claro para os senhores que neste momento existem seis entidades de classe, dentre outras entidades no Brasil existem seis entidades, as maiores da Bahia, e inclusive algumas são as maiores do Norte e do Nordeste, que têm hoje as suas contas correntes e os repasses, que são as contribuições voluntárias de seus associados, bloqueados, bloqueados por ordem judicial e por entendimento perverso da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, porque, quando determinou o bloqueio do repasse, que são as contribuições voluntárias das entidades, o Desembargador o fez para que se mantivesse apenas enquanto



perdurasse o movimento reivindicatório dos policiais por verba alimentar. Essa mobilização durou apenas 48 horas; foi deflagrada dia 15 às 19 horas, e o movimento finalizou-se no dia 18 ao meio dia. Então, foram 43 horas de mobilização, e até hoje, pasmem V.Exas., os repasses, as contribuições voluntárias continuam bloqueadas.

As associações são verdadeiras geradoras de emprego. Ali temos o recepcionista, temos a secretária, temos o pessoal que faz a limpeza, temos o pessoal da vigilância, temos os fornecedores de serviço de uma forma geral, e essas pessoas estão aí há mais de 30 dias sem receber salário por conta dessas constituições lançadas a pedido da Superintendência de Inteligência da Segurança Pública, que faz parte do Executivo estadual e que lançou de forma perversa, a partir de uma interpretação maquiavélica e sem qualquer necessidade, essas constituições em cima de entidades associativas que representam 30 mil policiais na Bahia, oficiais e praças.

Essa decisão foi revogada desde o dia 26, e até agora o Governo do Estado não sinalizou o cumprimento, não é? O Governo do Estado, para variar... Temos diversas decisões sobre a reintegração do Vereador Soldado Prisco, soldado, sim, porque, na minha concepção, está reintegrado; nós temos decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, e o Executivo estadual desdenha do Poder Judiciário, e nenhuma providência é tomada.

Eu tenho uma coleção de decisões judiciais de reintegração de Prisco. Eu tenho decisão da Auditoria Militar estadual, tenho do Tribunal de Justiça da Bahia, tenho do Supremo Tribunal Federal, e o Governo Jaques Wagner, o Governo do PT, que se diz democrático, age de forma antidemocrática e ditatorial, valendo-se dos mesmos expedientes que eles tanto combatiam, um Governo que tem o seu nascedouro no sindicalismo! Para mim, isso não se justifica, e a resposta, eu já disse lá em Salvador, lá na Bahia, nós temos de dar é nas urnas, de forma democrática, trabalhando contra isso, porque não basta votar contra isso; temos de trabalhar contra isso, convocar pai, irmã, filho, vizinho, o colega policial, para trabalhar contra isso — não porque a Oposição seja melhor, porque eu não sou louco, mas porque estamos sem opção, e diante disso a resposta tem de ser dada, na democracia, nas urnas. Não vejo alternativa.



Quanto à questão da prisão, eu não teria como me excluir, como fugir dessa responsabilidade, porque também detenho formação jurídica; eu queria dizer que eu nunca vi, nos meus anos de faculdade e na minha experiência como operador do Direito, nunca vi uma prisão desse tipo, uma prisão que foi consubstanciada na manutenção, na preservação da ordem pública, e foi executada quando essa mesma ordem pública já estava reestabelecida. Como o Dr. Vivaldo Amaral acabou de confessar aos senhores aqui, a prisão foi decretada para que não houvesse sequer assembleia. Direito de assembleia é cláusula pétrea, senhores! O direito de reunião é inalienável, não cabe nem emenda constitucional. O direito de manifestação — pacífica, ordeira, de manifestação de pensamento, liberdade de expressão e opinião — é inalienável. Não existe decisão judicial que possa evitar uma reunião, uma assembleia pacífica e ordeira. Inexiste no Estado Democrático de Direito previsão dessa extirpe. Por mais que queiram fantasiar, não existe.

Foi alugado um espaço privado, uma casa de *shows*. Contamos com a presença de seis entidades de classe, de trabalhadores, de oficiais, de praças, de pessoas idôneas, que não respondem a qualquer ação criminal. E foi deflagrado simplesmente um pedido de prisão preventiva, partido da Superintendência de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, de prisão do Vereador Marco Prisco, inclusive desrespeitando as suas prerrogativas constitucionais e legais. E depois foi efetivada a prisão, como bem disse o Dr. Vivaldo, no dia 18 — não é? —, na presença da família, dos filhos, numa operação pirotécnica, em que um helicóptero posou no meio da pista, interceptou o carro do Vereador, que estava com a sua esposa e os seus dois filhos, e fez toda aquela pirotecnia para levar o Vereador para o aeroporto, para trazê-lo para a Fazenda Papuda.

Eu não vejo toda essa pirotecnia, toda essa praticidade no combate contra o crime organizado, eu não vejo. Sinceramente, para mim é lamentável, é deprimente ter de vir aqui e falar aos senhores de um atentado ao Estado Democrático de Direito. Há pouco, há 30 dias nós recebemos a informação — eu tenho esse *e-mail*, os advogados também — de que Prisco não satisfazia os requisitos necessários para permanecer ou ser incluído no Sistema Penitenciário nacional. O DEPEN, a Diretora do DEPEN, Dra. Diana Mann, fez um relatório, um arrazoado, e enviou esse relatório para a Justiça Federal, afirmando que a manutenção de Prisco ali não atendia aos pré-requisitos da lei federal e do decreto federal que regulamentam a



inclusão de pessoas no Sistema Penitenciário nacional, quais sejam: ser o líder de uma organização criminosa, em nível de PCC ou Comando Vermelho; ser oriundo do Sistema Prisional estadual; ter comandado uma rebelião dentro de um presídio desses, no âmbito estadual; ou estar fazendo uso de celulares, comandando o tráfico e o crime organizado de dentro da prisão. Então, Prisco não era nenhum líder de uma organização criminal reconhecida, não é? Na inexistência desses pré-requisitos, a Diretora do DEPEN, do Departamento Penitenciário Nacional, deu parecer pelo indeferimento da inclusão de Prisco no Sistema Penitenciário nacional.

Pasmem os senhores: com 4 dias depois que houve esse parecer, simplesmente forças ocultas atuaram, e um outro Diretor do DEPEN veio e reconsiderou o parecer, dizendo que agora, doravante, Prisco satisfaz os pré-requisitos para ser incluído no Sistema Penitenciário Nacional, e o parecer foi pela transferência de Prisco para Porto Velho, Rondônia.

Qual é a necessidade de que Prisco, Vereador da terceira maior Capital, com todo o respeito aos senhores presentes, mas um Vereador, eleito com quase 15 mil votos, da terceira maior Capital do Brasil, réu primário, tecnicamente primário, com bons antecedentes, trabalho fixo na vereança, esteja em Porto Velho, Rondônia?

Eu entendo, infelizmente, essa prisão como uma prisão política. Queria aqui externar a minha admiração, meu respeito por V.Exa., Dr. Fábio Roque, que foi um homem de coragem; que, com base na técnica jurídica, não se deixou influenciar por politicagem, não é? Porque o Ministério Público não falsifica provas. O Ministério Público não falsifica provas, o Executivo Estadual não falsifica provas, mas eles manipulam, eles manipulam provas, não é?

Pasmem os senhores: eu tive a infelicidade de ler o *blog* de um colega, acho que de Pernambuco, e vejam o que no dia 27 ele colocou no *blog* dele, simplesmente, com eufemismo, uma linguagem metafórica: “*No dia 27 nós vamos invadir Brasília*”. Aí o serviço de inteligência, juntamente com o Ministério Público Federal, queria induzir o juiz a erro, dizendo que o Congresso Nacional seria invadido por policiais armados, por forças armadas, não é? E não houve isso em nenhum momento.

A própria Assembleia Legislativa reconhece que não houve crime contra a segurança nacional. Imaginem: os donos da casa, os titulares do Poder, os membros do Parlamento estadual, Oposição e Governo, consignaram uma



declaração, por intermédio da Comissão de Segurança Pública, de que não houve crime contra a segurança nacional, de que o tratamento entre policiais e Deputados foi ordeiro e pacífico, de que naquele período, lá em 2012, a Casa estava em recesso, Deputado. A Casa estava em recesso, e os poucos Parlamentares que se fizeram presentes naquele local foram recebidos pelos policiais com urbanidade, com lhanza, com educação, com respeito, como dever ser. Inclusive alguns Deputados intermediaram as negociações com o Governo do Estado.

O próprio juiz Fábio Roque, quando estipulou a fiança em 30 salários mínimos, 21.720 reais, o próprio juiz, quando estipulou a fiança, estipulou com fulcro, frise-se, em que não havia a ação de grupos armados contra os Poderes constituídos da República. Ele olhou os autos — 20 volumes de 200 folhas, 4 mil páginas —, o juiz pesquisou. A decisão demorou a sair. Ele pesquisou, ele se debruçou sobre os autos do processo, e constatou que não houve crime contra a República nem contra o Estado Democrático de Direito. Não houve a ação de grupos armados. Os policiais estavam lutando por verba alimentar, senhores. Os policias estavam lutando por melhores condições de trabalho.

Fazer greve não é crime, senhores. Fazer greve é inconstitucional. Entre ser inconstitucional e ser uma conduta criminosa, estamos falando de coisas diametralmente opostas. Da mesma forma como fazer greve é inconstitucional, não é razoável que se exija que um policial militar, um sargento, um soldado, um tenente vá para a rua com o colete vencido. Não é razoável que se exija que um policial saia para trabalhar com uma pistola enferrujada para combater o crime organizado, de calibre .50. Não é razoável que você exija que um cabo e um soldado numa viatura saiam para o combate contra 20 homens armados. Não é razoável!

Então, senhores, é uma satisfação estar aqui presente, tendo voz, pela primeira vez voz, nós estarmos em pleno Estado Democrático de Direito, trilhando pelos caminhos da democracia para conseguir este momento ímpar e de muita importância para a segurança pública não da Bahia, mas do Brasil. E eu só vejo uma alternativa para acabar de uma vez por todas com isso de deixar os policiais serem reféns, reféns da política do medo e do terror: primeiramente, a aprovação da Lei da Anistia, no caso específico da Bahia, contra essa Lei de Segurança Nacional, que é considerada inclusive pelo Ministério Público, na própria denúncia, como inconstitucional, porque foi concebida nos anos de chumbo, em 1983, no auge da



ditadura militar. Então, eu só vejo uma saída, que seria a aprovação por esta Casa de uma lei de anistia que beneficie nossos colegas da Bahia e do Brasil, bem como uma discussão *a posteriori* sobre, além da anistia, a desmilitarização. A desmilitarização! A gente tem de estudar de que forma dar garantias a esses trabalhadores. Sim, trabalhadores! Nós policiais somos trabalhadores. Nós temos que estudar os meios para regulamentar essa representação, para que os policiais não fiquem reféns do medo e do terror.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Sr. Dinoemerson Tiago dos Santos Nascimento, também advogado do Vereador Soldado Marco Prisco. V.Sa. tem a palavra.

O SR. DINOEMERSON TIAGO DOS SANTOS NASCIMENTO - Exmo. Sr. Deputado Mendonça Prado, excelentíssimos senhores colegas advogados aqui presentes, Dr. Fábio Brito, coordenador-geral interino da Associação dos Praças e Bombeiros, ilustres senhores e senhoras presentes neste local, eu queria fazer uma homenagem especial a alguns integrantes e diretores da Associação dos Praças do Estado da Bahia na pessoa de um soldado da PM, um brasileiro, o Soldado PM Dos Anjos, que está aqui representando toda a coordenaria estadual de praças do Estado da Bahia.

Quero também agradecer a presença à Sargento Angélica, na verdade uma pessoa que nos recebeu de forma tão acalorada, de uma forma tão especial, porque, senhores e senhoras, estamos numa luta diária há quase 50 dias, e todos os dias temos um problema. Todos os dias o Ministério Público Federal, lá no Estado da Bahia, criava uma situação para que todas as teses da nossa defesa caíssem em descrédito. Como já disseram aqui o Dr. Leonardo, o Dr. Vivaldo, Fábio Brito, realmente nós passamos por algumas situações, e hoje nós questionamos o porquê de tudo isso. E eu queria também informar aos senhores que estive como soldado militar da Polícia da Bahia por 5 anos, também respondi a processos administrativos, também fui preso; então, senti na pele o que é se exercer a cidadania no mister da segurança pública, seja estadual, seja nacional. Fábio Brito pontuou aqui: é muito importante a questão da funcionalidade do policial militar no Estado da Bahia.



Eu queria também informar aos senhores que o decreto da prisão preventiva de Marco Prisco teve um tempo estipulado de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias. Vejamos, senhores, quando a gente analisa o Código de Processo Penal, a partir do seu art. 311, acho que até, salvo engano, o art. 318, nós verificamos alguns requisitos que a lei impõe ao ser decretada uma prisão, prisão essa cautelar. Saliento para V.Exas. que no Estado Democrático de Direito a prisão é exceção, a liberdade é a regra. O juízo que decretou a prisão preventiva do Deputado Marco Prisco fundamentou sua decisão sobre a garantia e a manutenção da ordem pública.

Então, vejamos; vamos retroceder um pouquinho, para que V.Exas. entendam o cenário político lá na Polícia Militar do Estado da Bahia: o Governador, o Exmo. Sr. Governador Dr. Jaques Wagner criou um grupo de trabalho e chamou para esse grupo todas as entidades representativas dos policiais militares, grupo esse que tinha a missão de discutir carreira, salário, condições de trabalho. Durante aproximadamente 1 ano diversas reuniões foram feitas, e chegamos a um denominador comum. O Governador fez a sua proposta, e Marco Prisco — todo o mundo falava em dia D, o dia que a Secretaria de Segurança Pública, em seus relatórios de inteligência, apontou no processo que era o dia em que haveria um acidente, uma catástrofe no Estado da Bahia — mostrou para a Assembleia, que é soberana, Marco Prisco trouxe a resposta, alegre, satisfeito, pensando ele que não haveria greve, que o que foi proposto pelo Governo, o que foi aceito pelo grupo de trabalho, representado pelas associações, seria aprovado na Assembleia.

Vejamos, excelências, a Assembleia é soberana. Quando Marco Prisco trouxe, feliz, a resposta do Governo, já imaginando a inexistência de uma greve, ele foi atropelado. Foi um *tsunami*! É a palavra que nós utilizamos — não é, Leonardo? — reiteradas vezes. Como a Assembleia é soberana, Prisco, como interlocutor, apenas, das outras associações, não teve escolha; a Assembleia decidiu pela greve.

A partir daí começaram reiteradas reuniões, discussões a respeito de como o Governo poderia ajudar, do que o Governo poderia trazer para a tropa. A greve durou aproximadamente 2 dias; não tivemos nenhum problema envolvendo policial. Foi extremamente pacífica, como Fábio Brito aqui pontuou. Nós alugamos um espaço privado apenas para discutirmos, espaço esse que fica em um local um



pouco separado, justamente pela preocupação da diretoria da Associação de Praças de que não houvesse nenhum problema para a sociedade.

Então, vejamos, senhores, a partir daí houve reiteradas reuniões, e chegamos a uma conclusão, assinamos um acordo junto ao Governo do Estado. Então, acabou-se a greve. Marco Prisco, a caminho de um *resort*, lá na Linha Verde, em Salvador, foi surpreendido, senhores, pasmem, por 50 policiais federais e um helicóptero. E vamos começar, agora, um momento de reflexão: o princípio da dignidade da pessoa humana, que está esculpido na Carta Magna de 1988, realmente foi desrespeitado. Marco Prisco foi preso, ficou incomunicável; eu, como advogado, o Dr. Leonardo e o Dr. Vivaldo não tivemos ao menos a possibilidade de conversar com ele; só tivemos contato com Prisco aqui na Papuda, no dia seguinte. Então, senhores, reitero tudo que aqui foi dito pelo Dr. Leonardo, por Fábio Brito, pelo Dr. Vivaldo: que a defesa reunida, nós vamos, ao longo do tempo, provar a inocência de Marco Prisco. O processo ainda está no início, vai haver várias audiências, então existe um procedimento a ser respeitado.

Por questão de justiça, quero aqui dizer o nome de todos os advogados que compõem hoje o corpo jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Dr. Dinoemerson, desculpe-me a interrupção, mas eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Vereador Capitão Wagner, de Fortaleza, e o Deputado Sargento Aragão, de Tocantins, para que participem aqui conosco desta audiência, e aproveito a oportunidade para também registrar a presença do Deputado Federal pelo Estado da Bahia Fábio Souto, prestigiando aqui a nossa audiência. E também o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Sergipe, Dr. Cássio Viana, faz-se presente neste encontro.

Continua com a palavra o Sr. Dinoemerson.

O SR. DINOEMERSON TIAGO DOS SANTOS NASCIMENTO - Obrigado, Deputado. Então, para finalizar, gostaria de enumerar os advogados que de forma singela contribuíram para o que nós estamos aguardando ainda, porque existe, realmente, um alvará. O alvará não foi cumprido. Estamos na expectativa. Assim que terminar essa sessão, iremos para o presídio da Papuda, justamente, para diligenciarmos o cumprimento efetivo da soltura do Marco Prisco.



Gostaria de agradecer aos Drs. Leonardo Mascarenhas, Vivaldo Amaral, Marcele Marom, Rubens, Cibele, Jonas, Roque, Mateus, Dominique, Jackson e Elano.

Quero agradecer, de forma especial, ao Fábio Brito, que agora está com uma responsabilidade enorme. Fábio, gerir, administrar, na condição de Policial Militar, uma Associação que representa a categoria dos policiais militares no Estado da Bahia não é fácil, amigo. É uma situação muito, muito delicada. Peço a Deus que o ilumine, dê-lhe discernimento, para que possa conduzir a associação, dar continuidade, na verdade, ao trabalho que o Marco Prisco vem exercendo.

Marco Prisco, por questões de restrições que o Dr. Fábio Roque da 17ª Vara Federal na Bahia impôs, está incomunicável, não pode falar com o Diretor. Ele teve que se afastar de todas as suas funções na Associação de Praças, e, por causa disso, Fábio Brito vai assumir. E eu tenho certeza, Fábio, porque já o conheço há algum tempo, que você vai fazê-lo ainda melhor que o Prisco.

Agora, ressalto para V.Exas., que o Prisco, saindo do presídio, vai para a sua residência, encontrar a sua família, restabelecer o estado de saúde, tanto físico quanto emocional. Não é fácil ficar quase 50 dias internado na Papuda, algemado, para uma pessoa que apenas luta, que é o representante daqueles que velam pela noite do cidadão brasileiro, os policiais militares.

Então, agradecemos a oportunidade e reitero, Deputado Mendonça Prado, que é muito importante discutirmos agora segurança pública, ainda mais porque nós estamos recebendo no Brasil alguns eventos de porte internacional. O policial tem que estar preparado, o policial tem que estar tranquilo no seu mister, e, por ser arrimo de família, o policial tem que trabalhar despreocupado com a família que está em sua residência.

Muito obrigado a todos.

Passo a palavra agora ao Deputado Mendonça Prado, que dará continuidade a esta sessão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Eu quero agradecer a presença dos ilustres advogados que aqui proferiram palavras que certamente dirimiram dúvidas sobre esse assunto.

Nós vamos, então, concluir esta primeira fase, dizendo aos senhores que nós tivemos uma preocupação quando apresentamos esse requerimento, já que houve



um debate inicial sobre essa questão, porque todos nós sabemos que há uma divisão em relação a esse tema no próprio Congresso Nacional. Por uma questão de responsabilidade, até para evitar que houvesse interpretações diversas sobre esta nossa audiência pública, nós resolvemos, então, desmobilizar o pessoal, todos aqueles que gostariam de estar aqui.

A princípio, até pensamos em fazer esta audiência pública no Auditório Nereu Ramos, que comporta maior quantidade de convidados. Mas, para demonstrar respeito ao próprio Poder Judiciário e evitar qualquer imbróglio nesse processo, nós resolvemos, então, fazer uma audiência pública menor, em termos de quantidade, mas relevante e importante em razão dos depoimentos e das exposições que estão sendo aqui realizadas.

O que nós gostaríamos de fazer mesmo era prestar, com esta audiência pública, solidariedade a Marco Prisco, que, neste momento, representa, eu não tenho a menor dúvida, o pensamento de todos os integrantes de forças de segurança do nosso País que clamam pelo aprimoramento das leis, pela modernização das nossas legislações, para que esses trabalhadores possam efetivamente reivindicar melhores condições de trabalho.

Quero dizer que todo esse processo nasceu exatamente aqui no Poder Legislativo, que não agiu de forma correta quando iniciou um processo legislativo para atender as Forças de Segurança, com o intuito de criar um fundo constitucional, de criar e aprovar um piso salarial, votado em primeiro turno. Lastimavelmente, por uma decisão equivocada, todos os Parlamentares conquistaram os votos dos policiais, em razão da chamada PEC 300, e depois das eleições engavetaram o projeto ou a proposta de emenda à Constituição, num desrespeito flagrante aos policiais do Brasil e à sociedade brasileira.

Portanto, se tem um culpado em tudo isso não é o Prisco, o culpado de tudo isso é esta instituição, e todos nós, que constituímos a Câmara dos Deputados e o Senado da República, porque, mesmo sem a intenção, acabamos enganando a Polícia do Brasil, quando votamos matéria apenas para ter os votos nas urnas. Após as eleições, o processo legislativo foi engavetado. Então, se alguém tivesse que ser preso, seriam todos os Deputados Federais e Senadores da República, que enganaram o povo, enganaram principalmente os policiais do nosso País.



Então, eu quero aqui dizer que esta audiência tem também o objetivo de prestar solidariedade a Marco Prisco e mobilizar as Polícias do Brasil, para que sensibilizemos os Deputados e aprovemos também o projeto de lei, que já está tramitando na Casa e visa anistiar Marco Prisco deste tipo penal, já que ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, que, para muitos juristas, não tinha mais nem efeito. Ela foi ressuscitada agora para justamente enquadrar Prisco nessa situação em que se encontra no momento.

Assim, nós precisamos sensibilizar os Deputados Federais, para aprovarmos o Projeto de Lei nº 7.523, que é de minha autoria, mas todos os Parlamentares podem subscrevê-lo. Nós não podemos continuar nesta situação, pois que é praticamente um ato ditatorial a prisão do soldado e Vereador Marco Prisco.

Então, eu já falei aqui que esta nossa reunião é uma reunião respeitosa e que obedece aos princípios constitucionais que delimitam o papel dos Poderes. Sabemos que todos são independentes e harmônicos entre si, mas nós queremos manifestar e mostrar, com essa desmobilização que foi feita, o nosso respeito ao Poder Judiciário. Sabemos que há uma grande preocupação do Governo que aí está com as ações dos policiais e de todos os servidores públicos, mas, se isso acontece, não é em função dos atos do Vereador Marco Prisco, mas é em função de ações ou de omissões do próprio Governo, que geram insatisfações na sociedade. Se manifestações existem ou se existirão, elas não estão sendo suscitadas pelos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, elas estão sendo suscitadas pelas ações ou pela omissão do próprio Governo em vários setores.

Assim, eu quero deixar isso aqui claro e manifestar, mais uma vez, o nosso respeito ao Poder Judiciário do Brasil.

Concluo a minha fala, nesta primeira fase, parabenizando os senhores advogados, que realizaram e realizam um extraordinário trabalho em defesa de Marco Prisco. Constatamos, evidentemente, que vamos chegar a um final em que Marco Prisco não vai ficar com nenhum débito na Justiça, porque os senhores estão mostrando, estão provando que ele é um homem que age de forma correta e representa com dignidade os seus colegas da categoria profissional que representa.

Nós vamos iniciar uma segunda fase e eu vou permitir...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Eu vou conceder, mais uma vez, a palavra a Fábio Brito, para que possa se pronunciar. Logo em seguida, vamos iniciar a segunda fase.

Pergunto inicialmente quem quer inaugurar esta segunda fase.

Eu peço que a nossa representante da Polícia do Distrito Federal, que tem se tornado uma referência na luta, faça uso da palavra e, posteriormente, Wagner, nós vamos seguir a inscrição.

Vamos limitar o tempo, já que não tem um regimento que estabeleça este tipo de procedimento. Nós estamos tornando a reunião quase informal, mas vamos aqui estabelecer um tempo para cada um.

O que vocês sugerem? Qual tempo para cada um? Cinco minutos? *(Pausa.)* Então, 5 minutos improrrogáveis para cada orador.

Vamos ouvir Fábio Brito. Logo em seguida, ouviremos a Sargento, representante do Distrito Federal.

O SR. FÁBIO DA SILVA BRITO - Senhores, só complementando a minha fala, eu gostaria de publicizar que nós, Policiais Militares da Bahia, especificamente eu, Marco Prisco, o Sargento da Reserva Zenilton e a Associação de Policiais Militares, Bombeiros do Estado da Bahia — ASPRA estamos sendo alvos de uma ação civil pública. Eu, Prisco, Zenilton e a ASPRA estamos sendo alvos de uma ação civil pública, repito, com o escopo de cobrar 16 milhões de reais, que foram gastos com a mobilização das tropas federais na Bahia em 2012.

Para os senhores terem ideia, eles estão cobrando 1 milhão e 600 mil reais de munição letal. Só Jesus para dizer onde as Forças Armadas gastaram essa munição! Eu tenho um relatório analítico de todos os supostos gastos com as tropas federais. Nesse mesmo relatório, que cobra 1 milhão e 600 mil reais de munição letal, há a cobrança de 60 mil reais para a reposição de medicamentos. Onde foi que esse pessoal ficou doente? Foi lá na Bahia? Foi na greve de 2012? Só o transporte dessa munição está orçado em quase 50 mil reais, sendo 1 milhão e 500 mil reais de combustível. A nossa sorte é que nós ainda temos juízes que se respeitam.

O Judiciário Federal indeferiu o pedido do Ministério Público Federal de bloquear os meus bens: casa, carro, conta-salário da Polícia Militar. O Sargento Zenilton, da reserva, sequer é diretor da entidade. Desde 2010 que Zenilton renunciou a função de Secretário-Geral da entidade. A greve foi em 2012, ele está



na reserva, com a saúde comprometida, por não ser uma pessoa mais jovem, trabalhou duro por 30 anos na Polícia Militar, e, em vez de gozar a sua aposentadoria, a sua reserva, recebe uma ação civil pública que está cobrando 16 milhões de reais! Ele é um sargento da Polícia Militar!

Que isso fique claro. Quem quiser, deixe o seu *e-mail*, que eu mandarei a planilha do Exército da 6ª Região Militar, cobrando de trabalhadores e de uma entidade de classe de policiais militares assalariados a quantia “simbólica”, “supérflua”, “singela” de 16 milhões de reais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Nós vamos iniciar, então, a segunda fase.

Eu vou anunciar os nomes. Àqueles que vão fazer uso da palavra, peço que, ao iniciarem o pronunciamento, por gentileza, declinem seus respectivos nomes para que fiquem registrados nos Anais da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra inicialmente a Sargento Angélica Machado, da Polícia Militar do Distrito Federal.

A SRA. ANGÉLICA MACHADO - Boa tarde, Parlamentares, integrantes da Mesa, demais presentes.

Eu gostaria, primeiro, Deputado, de agradecer ao senhor a coragem que tem e, diante disso, tem o meu respeito e a minha admiração, porque ninguém neste País quer discutir um assunto como este de segurança pública. V.Exa. está de parabéns!

Eu não vou me ater às questões que os advogados colocaram com bastante propriedade. Eu vou falar do motivo da luta de Prisco. Do motivo por que ele foi preso, já estamos cansados de saber. Acredito que pelo mesmo motivo, Sabino, eu e tantos outros que estão aí no nosso País lutam para que a gente tenha uma polícia humanizada.

Eu vou ler para V.Exa. uma carta do Soldado Jefferson, que era policial da Bahia. Esta carta ele escreveu no dia 27 de maio e foi o seu último ato. Depois dessa carta ele se suicidou.

“Culpo por este ato as pessoas perversas que sentem prazer em fazer o mal. Sinto como se estivesse em uma camisa-de-força.” — são trechos da carta.



“Tais policiais não respeitam os direitos dos praças, pois negam promoções e nos colocam a culpa das falhas que o pequeno efetivo acarreta. Pagamos pelo que não cometemos. Esses homens são perseguidores de praças.”

Esses são trechos da carta desse policial. Esse policial, Prisco defendia, Sabino defendia, Soldado Valéria defendia, Fábio defendia, eu defendia e tantos outros defendiam. Orgulho-me muito em estar aqui. Essa voz se calou, mas permanece firme na voz de cada um de nós.

Precisamos, Deputado, fazer parceria com o senhor, com homens como o senhor e com mulheres, que eu tenho certeza que nesta Casa tem. Não vamos aqui colocar problema eleitoral, partidário. Estamos acima disso. A gente está falando de vida. A gente está falando de ser humano.

Eu tenho 24 anos de polícia. Nesses 24 anos, na maioria deles trabalhei na rua, em locais onde a criminalidade era muito alta. Então, eu conheço bem o que é ser policial e todas as amarguras que nós temos. E temos também vantagens, quando salvamos vidas, quando prendemos, quando retiramos uma arma da rua. Mas, infelizmente, parece que toda a imprensa só vê o nosso lado ruim. Tudo é colocado na conta do policial, e principalmente na conta dos praças.

Claro, temos oficiais que eu admiro bastante, porém, a lei favorece aqueles que são perversos, como diz Jeferson, porque nós não temos nada que possa nos abraçar, nos acolher. E aí vamos falar de direitos humanos. Nós somos agentes que garantem os direitos humanos dos outros, mas não os temos para nós mesmos.

Esse erro, Deputado, aconteceu na OEA, em Genebra. Para sanar esse erro, nós temos que ir lá, pois diante dele, a OIT escreveu o texto que regulamenta o sindicalismo, a representação de trabalhadores. E nós não temos porque a OIT não nos reconhece como trabalhadores. Precisamos, Deputado, brigar lá fora, porque esta Casa tem poucos como o senhor. Eu tiro como exemplo, para encurtar minha fala, a Lei Maria da Penha. Enquanto Maria da Penha lutava aqui dentro do Brasil, nada foi feito. Quando ela foi lá fora, aí foi reconhecida. Se for necessário, eu tenho certeza de que todo o Brasil, todas as forças militares policiais irão lá fora fazer reconhecer que somos humanos e merecemos os direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Sr. Wagner Simas, Vice-Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares — ANASPRA, oriundo do Estado de Alagoas.

O SR. WAGNER SIMAS - Boa tarde a todos. É uma satisfação estar participando aqui desta audiência pública. Lamento estar participando para discutir esse tema que é tão mesquinho da parte de um Governo Federal que vem protelando a perseguição aos agentes de segurança pública, em especial aos militares.

Todavia, eu, após essa última decisão, quando foram colocados alguns pontos para a possibilidade da soltura do companheiro Prisco... E parabeno o companheiro Fabio Brito pela sua fala, muito feliz nas colocações. Isso emociona, e muito, acredito eu que não só a mim, mas a todos que estão aqui.

Parabeno também o Deputado Mendonça Prado pela sua fala, mas faço um adendo ao que diz ser praticamente um ato ditatorial. Na verdade, é um ato ditatorial. É tão ditatorial que induziu um juiz federal ao erro, a colocar numa decisão que teria que afastar o companheiro Prisco das atividades associativas; induziu UM juiz federal, que tanto estuda para acertar nas suas decisões, mas cometeu um grande erro, rasgando, na frente do Brasil, a Constituição Federal. É livre a associação e a liberdade de expressão. Isso está vergonhosamente cassado dos ditames dos agentes de segurança pública, em especial os policiais militares, os bombeiros militares, enfim, a segurança pública do Brasil.

Com isso, Deputado, eu queria propor na fala que nós pudéssemos, inclusive aqui, trabalhar uma representação desse juiz federal por ter rasgado a Constituição Federal, tirando o direito de liberdade de expressão e o direito de associação, pedindo inclusive que retirasse o companheiro, deixando-o alheio a qualquer tipo de discussão pessoal e visual. O companheiro Prisco não pode sequer ter contato telefônico com nenhum representante de entidade estadual ou nacional. Para o senhor ter ideia, Prisco foi exonerado da função de Diretor de Mobilização da ANASPRA por uma decisão judicial esdrúxula, arbitrária e completamente infraconstitucional. Isso é lamentável e dói.

Como bem colocou o nosso companheiro Fabio Brito, isso parte de um Governo do qual eu ideologicamente participei, em algumas eleições, como



candidato pelo partido. Por ideologia, hoje posso dizer que tenho vergonha de ver no Governo Federal as figuras que lutaram contra a ditadura, mas que hoje impõem a ditadura aos militares do Brasil. *(Palmas.)*

Nós não podemos aceitar, em hipótese alguma, que o Governo Federal continue fazendo com que autoridades que tanto estudam coloquem seu alto grau de profissionalismo ao desleixo do desprezo, a exemplo desse juiz federal da Bahia.

Nós precisamos, Deputado, que desta audiência pública a Presidente da República tome conhecimento, tome ciência. É óbvio que ela deve ter acompanhado o discurso do Ministro Eduardo Cardozo, quando falou que em qualquer movimento paredista, em qualquer movimento reivindicatório de qualquer segmento da segurança pública, Prisco é um exemplo a ser seguido. Não é esse discurso que um Ministro de Estado de um País deve tomar para qualquer tipo de segmento que seja, porque o Governo tem que ter políticas públicas para coibir todo e qualquer ato de vandalismo, mas a luta por dignidade, por valorização profissional, a luta pelo combate da criminalidade... Colocar a pirotecnia, como foi bem dito aqui, remanejando cerca de 50 policiais federais para prender um cidadão, — um cidadão! — se esquecendo das fronteiras onde estão as avalanches das drogas entrando no nosso País! Um único cidadão, em detrimento da busca da dignidade da pessoa humana, foi cerceado da luta desses direitos.

Enquanto no meu Estado, Alagoas, a capital Maceió é a quinta no mundo mais violenta, pelo alto índice de drogas que entram no nosso País, esses 50 policiais que foram lá buscar esse cidadão em Salvador poderiam estar na fronteira coibindo essa ação.

Então, nós não podemos apenas parar aqui nesta audiência pública. Nós devemos daqui seguir em frente. Seguir em frente com o repúdio à Presidente da República, seguir em frente com a representação no Conselho de Justiça contra o juiz federal que foi induzido ao erro, a rasgar a Constituição Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Sr. Evaldo, do Observatório da Cidadania, e que é do Estado da Bahia.

O SR. EVALDO - Boa tarde, Deputado; boa tarde, senhores que compõem a Mesa.



Eu queria saber quantos dos senhores sabem qual foi o motivo da mobilização que aconteceu na Bahia. Além, claro, dos nossos colegas que são da Bahia e que conhecem, eu queria saber se algum dos senhores sabe, tem conhecimento do motivo por que houve aqueles dois dias de paralizações na Bahia. Infelizmente, ninguém.

Vou contar um breve histórico. Depois da mobilização de 2012, o Governo prometeu modernizar a polícia. Foi criado um grupo de modernização para a Polícia Militar da Bahia. Esse grupo de modernização foi composto por todas as grandes associações, como o Fábio falou. A Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares — ASPRA, a Associação de Praças da Polícia Militar — APPM, a Força Invicta, que é a Associação dos Oficiais, a Associação Beneficente dos Sargentos, Subtenentes e Oficiais da Polícia Militar da Bahia — ABBSO e a Associação Dois de Julho, que é a associação do Corpo de Bombeiros compuseram esse grupo. Além do Observatório da Cidadania, também houve a participação do Capitão Tadeu e da Associação dos Policiais da Reserva.

Nós passamos 6 meses discutindo a Polícia Militar, discutindo segurança pública, discutindo uma forma de ter uma polícia melhor para a sociedade. Não foi discutida a situação do Subtenente Evaldo, não foi discutida a situação do Sargento Fábio, não foi discutida a situação do Tenente-Coronel Edmilson, que é o Presidente da Associação Força Invicta, foi discutida a Polícia Militar como um todo.

Depois de 6 meses de discussão, com toda seriedade, e de debates presididos pelo Secretário de Segurança Pública numa Mesa composta pelos órgãos do Governo — todos os órgãos do Governo faziam parte dessa Mesa, além do Secretário de Segurança Pública —, o Governo pediu 3 meses mais para analisar todas as propostas que foram apresentadas. Depois de 9 meses, antes mesmo de se pensar em ter alguma mobilização, o Governo apresenta um estatuto, um código de ética e a Lei de Organização Básica — LOB.

Pasmem: no código de ética — muito bem elaborado pela ASPRA, que visitou Minas Gerais, onde há uma polícia que nós temos como exemplo —, o policial era proibido de andar de cavalo dentro da cidade; em que o policial que estivesse no SPC ou SERASA teria até 90 dias de suspensão. Ou seja, o cara já está no SPC, pegaria mais 90 dias sem salários, mais 30 dias para receber o salário: 120 dias. E ele conseguiria pagar? Nunca. Ele iria ter uma suspensão perpétua.



Dentro da ementa do estatuto, apresentada pelo Governo do Estado, eles conseguiram piorar o que já era pior dentro da corporação. Eles simplesmente passaram por cima de ganhos históricos. Pasmem: um policial da reserva, depois de 30 ou 35 anos de trabalho, se cometer algum crime ou tiver algum motivo que possa ser preso, poderá perder todos os salários, todos os proventos. Eles conseguiram separar aposentados dos ativos, ou seja, o salário dos aposentados não mais seria igual ao dos ativos. O tenente, para ser capitão, precisava de 4 anos para ter o direito à promoção, mas eles passaram para 5 anos. Eles conseguiram complicar a Polícia Militar toda e publicaram isso como um ganho, como modernização. Tudo isso foi apresentado nas redes sociais e na imprensa. Eles acham que o Policial Militar não sabe ler. Eles acham que o Policial Militar é daquela época em que era pego lá cangaço e não sabia ler.

Isso causou uma revolta tão grande dentro da corporação, que eu, que vivo nas redes sociais, assim como o Soldado e colega Dos Anjos, Diretor da ASPRA, ficamos loucos, sem saber como responder a uma corporação que confiou no trabalho durante 6 meses e recebeu em troca uma total piora na Polícia Militar da Bahia.

Já era mais do que certo e concreto que, naquele dia, a corporação não mais ouviria a voz das associações, como não ouviu a voz de Prisco, como não ouviu a voz de nenhum dos que estavam ali presentes, porque, antes mesmo de começarmos a assembleia, estavam passeando e conversando por ali 15 mil homens. E não tinha conversa, Deputado! A conversa era uma só: não acreditamos mais neste Governo. Se eles querem nos condenar por 90 dias porque eu estou no SPC, porque eu não tenho dinheiro para pagar as dívidas, se eles não querem que eu ande de cavalo, como se o policial andasse de cavalo nas ruas de Salvador, como se isso fosse normal...

Quando Prisco apresentou a proposta do Governo e tentou fazer com que aquela multidão não optasse pelo movimento, foi vaiado totalmente e, até certo ponto, se desgastou com aquilo. Todos nós que estávamos ali presentes, acompanhando e apoiando tudo aquilo, sofremos, porque quem provocou toda aquela revolta foi o próprio Governo do Estado.

Então, a gente não consegue compreender. Ouvir do senhor falar sobre a modernização que esta Casa precisa discutir, estamos aqui tensos. O Deputado



Capitão Tadeu não pode estar presente porque está tenso com a chegada desses projetos para serem votados lá na Assembleia Legislativa.

A Polícia Militar da Bahia está inquieta. E não é pela prisão ou saída de Prisco que ela vai ficar inquieta. Infelizmente é pela irresponsabilidade do Governo.

Era o que eu tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Com a palavra o Sr. Flávio Sabino, da Associação de Cabos e Soldados do Ceará.

O SR. FLÁVIO SABINO - Sr. Presidente, é uma honra estar aqui. Quero cumprimenta-lo e agradecê-lo pelo espaço, em especial à Comissão em Defesa dos Direitos Humanos e a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ouvimos hoje nesta tarde os nobres advogados falarem sobre a prisão de Prisco. Queremos dizer que a prisão do Vereador Marco Prisco não é apenas um ato contra ele, mas contra todos os presidentes, dirigentes, diretores, policiais e bombeiros militares do País. Não é uma maneira antidemocrática apenas, mas uma forma de maquiagem, uma maneira implícita de se aplicar, nos dias de hoje, a ditadura. O que se faz ao Vereador Marco Prisco é uma forma de dizer a todo presidente, a todo dirigente de associação deste País dos policiais, bombeiros e militares que quem conduzir a sua própria categoria, nem que seja para uma assembleia, está passível de ser preso, está passível de ir para a Papuda.

Então se aplica no meio militar deste País o medo, o terror, para que não possam reivindicar o que lhes é legítimo, de direito, que nada mais é do que direitos trabalhistas: ascensão profissional digna e legítima no seu tempo correto, salários dignos que possibilitem uma vida digna a esses policiais e bombeiros e suas famílias. Isso resultará, sem sombra de dúvida, em vontade, desejo, valorização e a volta da autoestima para esses profissionais se entregarem à sociedade, ao Estado, ao qual servem, o trabalho de qualidade que a sociedade tanto merece.

Às vezes, nós paramos para pensar e acreditamos que os Governos Federal e Estaduais não se preocupam com a segurança de que tanto se fala, ou valorizariam, em especial, aqueles que a praticam, que estão na ponta, nas ruas todos os dias. O que mais vemos todos diariamente são policiais assassinados, que dão a própria vida pela vida desta Nação. Se contar o número de mortes nas Forças Armadas, que protegem esta Nação, não tem. Mas observem o número de mortes



de policiais militares, que saem todos os dias para proteger a vida daqueles que estão aqui e nas ruas e dos que mais amamos, nossos pais, nossos filhos. Esses sim perdem a vida cotidianamente.

No meu Ceará, em 8 anos, foram 112 policiais assassinados, enquanto na Inglaterra, em 14 anos, no país inteiro, apenas 12. Se formos para o Estado de São Paulo, vai muito mais além. Mas são esses profissionais que se dedicam e entregam suas vidas para que a sociedade tenha segurança. Até o direito de assembleia geral da categoria lhes é tirado. E é tirado muito mais ainda, dignidade, quando, de maneira organizada e legítima, se organizam para cobrar daqueles que deveriam dar seu direito sem cobrança. Já que não podem reivindicar, os Governos Estaduais e Federal deveriam fazer isso de ofício.

Quando essa categoria resolve se encontrar de maneira legítima, são tidos como bandidos, como usurpadores, infratores da lei, a ponto de colocarem um líder, um presidente de entidade, num presídio federal. Aí se pergunta: qual é o projeto de segurança de valorização que o Governo Federal tem para essa categoria? Por que não vem a público e diz que, assim como tem maneira de reprimir, também tem projeto de valorizar a categoria, cujos integrantes morrem todos os dias nas ruas para que o cidadão brasileiro possa viver? Por que os Governos Estaduais não vêm a público apresentar planos de valorização e ascensão profissional para essa categoria? Não! Mas se valem de uma ditadura infeliz e, acima de tudo, da Constituição Federal, que proíbe direito de greve e de sindicalização, para amordaçar, perseguir uma categoria que nada mais faz do que defender o cidadão.

Em que Estado brasileiro não corre nas veias de alguém o sangue de um militar, doado de livre e espontânea vontade? Doamos a vida e protegemos vidas. Cuidamos dos bens maiores que um cidadão pode ter: vida, liberdade e segurança. Mas nos tiram até o direito de reivindicar melhores condições de trabalho. E querem segurança melhor neste País? É dessa forma que tratam esses profissionais e que acreditam que reduzirão os índices de homicídios de atentados contra a vida?

Os Governos Estaduais e Federal têm suas seguranças privadas e próprias. No meu Estado, ninguém pode chegar a menos de 400 metros de onde o Governador esteja, porque é considerada área de segurança máxima. Mas o cidadão pode sair todos os dias e ser vitimado pelo crime.



Para nós policiais e bombeiros militares, muitas vezes, não deixam outro caminho a não ser nos levantarmos e irmos à luta literalmente pelos nossos direitos, ainda que a soma de tudo isso resulte principalmente em prisões e demissões, como no Ceará, onde dez profissionais foram demitidos, inclusive dois presidentes de associação, e um deles lhes fala.

Não é com esse tipo de política de repressão que esses governos acabarão com os movimentos sociais. Se resolver o problema de valorização profissional dos profissionais de segurança pública for prender presidentes de associações, tenham por certo que nos 26 Estados e no Distrito Federal nos apresentaremos de bom grado para sermos presos. *(Palmas.)* Agora, como desculpa para a sociedade, usar a prisão de líderes para resolver o problema da insegurança pública nós não admitiremos. Que os Governos Federal e Estaduais venham a público e digam o projeto que têm para resolver o problema de paralisação da categoria. Quem deveria estar preso na Papuda não é Marco Prisco, mas sim quem nega direitos profissionais ao Estado da Bahia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Sr. Bernardino Gayoso, integrante da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis — FEIPOL Nordeste.

O SR. BERNARDINO GAYOSO - Exmo. Sr. Deputado Mendonça Prado, Fabio da Silva Brito, companheiro de luta, todos e todas, eu quero dizer que, na verdade, a gente sente. Sou baiano policial civil há 28 anos. Estou no Sindicato da Polícia Civil, mas sei da luta dos companheiros da Polícia Militar. Eu acompanho. Estive no movimento na Assembleia Legislativa. Eu e o companheiro Marcos Maurício estávamos lá e acompanhamos e vimos que todas as instalações estavam perfeitas. Acompanhamos todo esse movimento e sabíamos que a luta era por salário e dignidade.

Sr. Deputado, eu quero dizer que esta Casa ainda é um espaço onde nós trabalhadores brasileiros ainda podemos falar. Sinto a ausência de Deputados que ouço dia a dia falar em segurança pública, mas que se ausentam de ato como este, com as lideranças, para falar sobre segurança pública. Nós não estamos falando especificamente do companheiro que esteve preso, que é liderança, mas de segurança pública. Eu vejo que é o discurso de todos os Deputados. Assim como



nós, as lideranças têm coragem de mostrar a cara, com uma pequena diferença: o senhor está protegido, mas nós trabalhadores estamos entregues aos governos, que nos ameaçam.

Nossa gestão no sindicato da Polícia Civil — e já estamos na segunda — foi pautada por processos de formação de quadrilha. Ou seja, nós do sindicato de policiais civis fomos processados pelo Secretário de Segurança Pública por formação de quadrilha e vivemos, por 5 anos, o temor de ser preso. É isso que vivemos dia a dia. Podíamos estar presos, como o companheiro Prisco, que conhecemos e sabemos que é homem de bem. Nós trabalhávamos no mesmo prédio, ele no quinto andar e nós no oitavo. Por vezes subíamos juntos e conversávamos sobre a situação.

Sr. Deputado, eu quero dizer que a Sexta-Feira Santa de 2014 dos baianos vai ficar registrada na história do País, assim como está registrada a Sexta-Feira Santa... Diga-se de passagem, o Arcebispo Primaz do Brasil esteve no movimento para encerrá-lo, um movimento pacífico. Os companheiros estavam num espaço alugado, custeado por cada um que angariou dinheiro. O Arcebispo Primaz do Brasil esteve ali para decidir o final daquele movimento paredista! É bom lembrar isso. Foi naquela sexta-feira, quando o companheiro que já sabia da missão que tinha cumprido levantou o movimento, foi preso. Aquela sexta-feira vai lembrar todos os que foram presos durante o período do Brasil Colônia — durante a era medieval, porque a gente só vê isso. A gente não imaginava que um líder que busca melhorias salariais para os companheiros precisava ser preso, ficar fora do convívio da família, sem comunicação até com advogados. Realmente, nós temos na Bahia uma vida de terror e medo.

Eu quero parabenizá-lo, Sr. Deputado, por ter a coragem, mesmo com seu mandato, pois do jeito que a gente vê como o Brasil está andando, até o senhor pode estar ameaçado. A gente precisa proteger este Estado Democrático de Direito; a gente precisa dizer “não” a esta forma de tratar servidor, de tratar população.

Eu quero propor ao senhor que também encaminhe a discussão de um novo modelo de segurança pública. O atual já está ultrapassado, já não atende mais a população brasileira. Em 2009, o Governo Lula conclamou a população brasileira a desenhar a segurança pública na 1ª CONSEG — Conferência Nacional de



Segurança Pública, e nada foi feito depois, quando a população brasileira disse “não” à militarização das polícias.

Eu quero, em nome dos policiais civis de todo o Brasil, desejar solidariedade aos companheiros que estão sendo ameaçados e aos policiais militares, e dizer da nossa revolta. Realmente, todos nós estamos passando por dificuldade, por temor. A Bahia segue disparada, junto com o Ceará, em índice de criminalidade. Estamos em segundo lugar, companheiro do Ceará, e não fomos nós que fizemos a criminalidade subir, mas a falta de política de segurança pública, que o Brasil ainda não tem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Com a palavra o Sr. Marinilson Pereira, da Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará — ACSMCE.

O SR. MARINILSON PEREIRA DOS SANTOS - Boa tarde. Na pessoa do nosso grande guerreiro, Deputado Mendonça Prado, eu quero me congratular com todos e dizer que a Justiça brasileira está de luto. Por quê? Nós temos um grande homem, Joaquim Barbosa, que pediu aposentadoria por estar envergonhado desta Justiça, que está sendo injusta com nossos trabalhadores. Está acontecendo muitas coisas.

Foi provado e comprovado que esses mensaleiros roubaram nosso País, fizeram a maior miséria com nosso povo, e ainda dizem que são cidadãos e pedem condicional para trabalhar, enquanto um trabalhador da segurança pública, como nosso amigo Marco Prisco, foi preso, condenado e julgado, sem ter cometido crime algum. Eu vejo nisso uma contradição na Justiça brasileira.

Com tantos acontecimentos, nós vamos perder um grande homem, Joaquim Barbosa, pessoa honesta que lutava pelos direitos de todos, independentemente de partido. Hoje eu considero Mendonça Prado o Joaquim Barbosa no Congresso Nacional (*palmas*), o único que tem coragem de lutar pela segurança no nosso País. Eu o vejo desde a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, levantando nossa bandeira. Nunca abandonou nenhum policial do País. Esteve em Fortaleza, no Ceará, e até hoje continua lutando junto com nossos guerreiros das associações de todo o Estado brasileiro. Por isso, eu quero que Deus o abençoe cada vez mais e o proteja. Não abaixe a cabeça, porque eu sei que as ovelhas negras que se encontram no Congresso são grandes.



Padre Cícero, de Juazeiro do Norte, vai abençoar cada um de nós, principalmente os Deputados que lutam pela categoria. Sou da terra do Padre Cícero, Juazeiro do Norte, e Presidente em exercício da nossa Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará. Nosso grande Presidente, Cabo Sabino, teve que se afastar. Se Deus quiser, vamos trazê-lo também para o Congresso Nacional para defender, juntamente com Mendonça Prado e guerreiros de outros Estados, a melhoria da segurança pública.

Até a próxima oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Registro a presença da Deputada Federal Keiko Ota, do Estado de São Paulo, integrante da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, uma das Parlamentares mais atuantes do Congresso Nacional, sempre solidária à causa dos policiais e bombeiros militares do nosso País. *(Palmas.)*

Deputada, no momento em que V.Exa. desejar se pronunciar, os microfones estão a sua disposição.

Concedo a palavra ao Soldado Elisandro Lotin de Souza, da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina — APRASC.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Boa tarde a todos e a todas.

Deputado Mendonça Prado, é um prazer novamente revê-lo. Na sua pessoa, cumprimento todos os Parlamentares, o Deputado Sargento Aragão, grande companheiro, os praças de todo o Brasil, os companheiros da Associação Nacional de Praças — ANASPRA, entidade que fundamos em 2005, juntamente com Marco Prisco, há praticamente 10 anos.

Caminhamos para 10 anos de lutas por questões básicas: insalubridade e periculosidade. Trabalhador, o policial militar, o policial civil, leva tiro, morre, mas não tem direito à insalubridade ou à periculosidade. E quanto à jornada de trabalho, vejam só: no meu Estado, policiais e bombeiros trabalham 300 horas por mês e, quando lutam por jornada de trabalho justa, recebem regulamento disciplinar.

A luta por direitos básicos de todo e qualquer cidadão está garantida naquele livrinho verde chamado Constituição da República Federativa do Brasil, que não entrou nos quartéis. É o único lugar onde ainda não entrou. Desde 2011 participo da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina — APRASC, cuja Presidência exerço, e, a partir de 2005, da ANASPRA. Sonho um dia ver a Constituição Federal



entrar nos quartéis. Algo tão básico, tão óbvio! Nós somos subcidadãos! Policial e bombeiro militar, oficiais e praças, no Brasil, são subcidadãos, mas muito mais os praças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Elisandro, eu vou lhe pedir 1 segundo para solicitar que assuma a Presidência ao Deputado Efraim Filho, ex-Presidente da Comissão e um dos Parlamentares que tem como prioridade em seu mandato segurança pública. Eu gostaria muito que S.Exa. assumisse por alguns instantes, até para prestigiá-los com a presença de um dos integrantes mais ilustres desta Comissão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dando continuidade.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA - Como eu dizia, a Constituição ainda não entrou nos quartéis do Brasil. E o pior disso tudo é que, após 10 anos praticamente de lutas, de tentar convencer as autoridades políticas, a sociedade, hoje nos encontramos de novo reunidos, com mais associações, na Câmara Federal, para tentar resolver um problema que é histórico, que trata do ser humano policial e bombeiro militar, e que, por conseguinte, é de segurança pública.

Este é o grande debate que tem que ser feito: levar os profissionais de segurança pública, praças das instituições militares estaduais, a tornarem-se cidadãos deste País, como qualquer outra pessoa. Não se pode admitir que utilizem politicamente mais de 5 milhões de pessoas, computando as famílias, que façam pirotecnias, com projetos, como foi com a PEC nº 300, como está sendo com boa parte dos projetos sobre segurança pública no Congresso Nacional, que, coincidentemente, surgem na pauta em ano de eleição — nos outros 3 ficam fora.

E não estou me referindo a político A, B ou C, ou a partido A, B ou C, porque somos vítimas, nós Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de todos os partidos, de todas as legendas, do PT ao PSDB: em Santa Catarina, o PMDB nos massacrou; em Minas Gerais, o PSDB massacrou a Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares — ASPRA; na Bahia, o PT está massacrando Marco Prisco e a ASPRA.

Quando é que a sociedade brasileira, quando é que o povo brasileiro e as autoridades políticas vão acordar para uma realidade de profissionais que, sob o jugo de regulamentos da década de 60, são massacrados, humilhados em pleno ano de 2014? No treinamento de soldado, em Santa Catarina, recentemente, colocaram



alunos para fazer flexão sob o sol, a ponto de queimarem as mãos e serem levados ao hospital. Aí querem segurança pública de qualidade, respeito a direitos humanos.

Falar em direitos humanos é hipocrisia para policial militar, porque não tem seu direito preservado. Como defender direitos humanos alguém que não tem seu direito preservado? É hipocrisia de todos os partidos políticos. E a responsabilidade também está neste Congresso Nacional, que jamais moveu de fato uma pena para resolver a questão da nossa segurança pública.

Nós fazemos segurança pública tal qual em 1808. Nada mudou. É a mesma sistemática, a mesma lógica, com índices de criminalidade astronômicos, absurdos, com profissionais sendo desrespeitados nos seus direitos mais básicos. E absolutamente ninguém faz nada. E pior, agora, com a conivência do Judiciário. Não vou nem entrar no mérito da questão. Para mim, que me formei em Direito recentemente e não tenho o cabedal jurídico de conhecimento de vocês, pelo menos na minha análise muito superficial, é inconcebível a prisão de Prisco. É inconcebível a prisão do companheiro Prisco! Ela não se sustenta sob nenhum aspecto jurídico. E do ponto de vista político não vou nem discutir, os fatos estão dizendo por si só.

Ora, se a Constituição veda a possibilidade de greve de policial e bombeiro militar, e, mesmo assim, ele faz greve, com todos os riscos que têm, arriscando carreira, Sabino, ser preso, é porque chegamos a uma situação que, para nós, nada mais importa, chegamos a uma situação de pedido de socorro. Estamos arriscando nossas vidas, nossas profissões, nossas carreiras por quê? Porque ninguém vela por estes profissionais de segurança pública. Se um policial e um bombeiro militar chegaram ao ponto de dizer: *“Eu faço greve. Se eu for expulso, não faz mal”*, é porque a situação realmente precisa ser modificada.

O Partido dos Trabalhadores, nesse contexto, perdeu a oportunidade histórica de fazer uma mudança necessária, real e profunda na segurança pública, tal qual foi ou está sendo feita na saúde, tal qual foi ou está sendo feita na educação. E é só segurança pública que fica com essa aura de intocável ou de intocada. Por que os políticos brasileiros, todos, têm medo de mexer efetivamente em segurança pública?

Senhoras e senhores policiais e bombeiros militares, policiais civis, policiais federais e policiais rodoviários federais, estão jogando a sociedade contra todos nós, dando conta de que os criminosos somos nós. Nós passamos a ser os bandidos para o Governo Federal e para os Governos Estaduais. Nós passamos a ser os



bandidos porque, do jeito que a propaganda tem sido feita no Brasil, do jeito que estão tratando os movimentos justos e legítimos de reivindicação de direitos básicos, nós viramos os bandidos e os mensaleiros viraram os mocinhos.

Ora, a que ponto chegamos? É preciso, Deputado Presidente desta Comissão, que o Congresso Nacional assuma seu papel efetivo de representante do povo brasileiro, tome as rédeas desse processo e realmente modifique a segurança pública nacional. Daqui para frente vai piorar, e vai piorar muito. O crime está aí; os índices de criminalidade aumentam todos os dias, e não é por falta de a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal trabalharem. É só ver os números de prisões há 5 anos, há 10 anos, e ver como estão os presídios hoje.

Não existe política macro de segurança pública desde a lógica de modificação de uma sistemática que está ultrapassada até a de revisão do sistema prisional, do Código de Processo Penal, do Código Penal e de tantas outras leis que precisam ser debatidas no Congresso Nacional, que realmente representa o povo brasileiro, que clama, que está implorando, tal qual os Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e nossos companheiros da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, por um modelo novo, no qual todos tenham segurança pública de fato, e não apenas de direito.

Estamos pedindo socorro, os praças, os movimentos sociais, a população brasileira e a sociedade brasileira, para que possamos resolver esse problema de segurança pública. Queremos direitos básicos. Só isso.

Muito obrigado a todos. Até uma próxima oportunidade. Torçamos para que isso consiga avançar daqui para frente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a participação.

Libero o Dr. Leonardo Anastácio Mascarenhas, já que, em primeira mão, acabou de ser declarada a ordem de liberdade de Marco Prisco, uma conquista de todos. *(Palmas.)*

Parabéns aos bombeiros e policiais que lutam por um Brasil mais justo.

Dr. Leonardo, use a palavra e vá em frente, que a hora é urgente.

O SR. LEONARDO ANASTÁCIO MASCARENHAS - Senhores, eu peço licença, apesar da importância da audiência. A Dra. Marcele acabou de me dar a notícia. Nós vamos afastar os advogados para garantirmos o cumprimento desta tão



sonhada ordem de liberdade do Soldado Marco Prisco e voltarmos à normalidade das nossas vidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço o gesto ao Deputado Mendonça Prado, que momentaneamente transmitiu a mim a presidência dos trabalhos.

Passarei a palavra ao Soldado Brasileiro, que representa a ASPRA Bahia.

Antes, aproveito o momento para dizer que, em virtude das falas, também dou conhecimento aos senhores que acabo de chegar — não acompanhei o início da audiência — de manifestação que fizemos, as bancadas de Oposição no Congresso Nacional, em referência ao número aproximado de 600 mil mortes nos últimos 12 anos no Brasil, cerca de 50 mil mortes por ano. 2012 foi o ano de maior número de homicídios. Que fique bem claro: em 12 anos foram 600 mil homicídios e 2012 foi o ano com maior número de homicídios desde 1980 no Brasil.

Quero expressar aqui minha absoluta concordância com muitas palavras ditas. Há sim carência de políticas públicas de segurança no Brasil; há sim deficiência em tratar segurança pública como prioridade na gestão pública brasileira, especialmente em nível federal.

A segurança pública, muitas vezes, é a mão invisível do Estado. E hoje, num País que muitas vezes é dominado pelo *marketing*, num Governo que faz da propaganda arma maior do que gestão, a mão invisível tem pouca serventia, meu caro Mendonça Prado, porque pode ser manchete de jornal quantas mil casas foram construídas, mas jamais será quantas mil vidas foram preservadas, porque não se pode fazer essa estatística, essa contabilidade. Ninguém amanhã verá no jornal que se investiu dinheiro na segurança pública e mil famílias foram preservadas.

Para um Governo que vive de propaganda, é muito difícil ter essa visão. Fica na visão míope, estática. Por isso nós fomos colocar, simbolicamente, em frente ao Palácio do Planalto, 600 cruces, num manifesto em referência aos 600 mil homicídios dos últimos 12 anos no País.

Precisamos realmente avançar, como foi dito aqui, em política de segurança pública. E me permitam fazer um adendo: o Congresso Nacional sim tem sua parcela de culpa — *mea culpa* —, porque é um dos Poderes constituídos. Agora, nós temos feito sim a nossa parte. Ao Congresso cabe enviar orçamento e destacar



prioridades. Infelizmente, o Governo Federal tem contingenciado esses recursos. Dos mais de 10 bilhões de reais destinados à segurança pública no ano passado, apenas 38%, 3,8 bilhões, chegaram ao seu destino, foram transformados em projetos e ações a serem revertidos em prol da segurança pública.

O projeto de combate às drogas, ao *crack*, previa 760 milhões de reais. Apenas 76 milhões, 10%, efetivamente se transformaram em projetos e ações. Nós temos o Plano Juventude Viva, que deveria atingir 142 Municípios no Brasil. Hoje, apenas no Estado de Alagoas, de forma experimental, ele sobrevive.

Então, o Congresso Nacional tem sim feito sua parte, mas governar é elencar prioridades — e sabemos que não há dinheiro para tudo, não adianta achar que no Brasil tem receita para resolver saúde, educação, estádio de futebol e segurança —, e o Governo resolveu elencar as suas prioridades, que sabemos quais, e as outras ficaram deficitárias.

Governar é elencar prioridades. E segurança pública, em qualquer enquete em qualquer canto ou recanto deste Brasil, seja nas grandes metrópoles como São Paulo, seja na zona rural do interior da minha Paraíba, se não é o primeiro, é o segundo item nas reivindicações populares, alternada com saúde. Mas, quando você junta o problema de drogas ao de segurança, ele passa a ser o primeiro, sem dúvida alguma.

É diante desse cenário que realmente temos vivido. E concordo que há política de defasagem, de sucateamento da Polícia Federal, das instituições de segurança pública. Falta ordem neste País! A sociedade clama sim por ordem, em razão da ausência do poder público nas ruas.

Vemos que, em qualquer manifestação, sem mais nem menos, são queimados 200 coletivos. A ausência do poder público nas ruas levou a esse caos, a essa desordem que hoje o País vive. Essa, sim, é uma palavra que será cobrada dos que pretendem conduzir os destinos do País. Qual a perspectiva para a ordem no País? Qual a perspectiva de mudança nessa desordem? A nossa Bandeira traz a inscrição “Ordem e Progresso”. Mas se não há ordem não há progresso. Crescimento econômico sem investimento em educação e segurança pública não é desenvolvimento real, porque não há melhoria da qualidade de vida das famílias.

Permita-me, Deputado Mendonça Prado, antes de V.Exa. assumir a Presidência, fazer um desabafo: há no País uma inversão de prioridades que



sintetiza o momento atual. Na época de meus pais — eu tenho 35 anos —, a grande tradição das famílias, principalmente nas pequenas cidades, era botar a cadeira na calçada e conversar até altas horas da noite. Por quê? Porque naquele tempo as ruas pertenciam às crianças, que brincavam nas praças, às famílias. E lugar de bandido era atrás das grades, na cadeia.

Hoje se invertem as prioridades: as pessoas não conversam mais nas calçadas; as nossas casas estão cada vez mais parecidas com prisões; as pessoas estão se encarcerando dentro de suas próprias casas para fugir da violência, que torna a sociedade refém — é muro alto, é grade, é cadeado, é monitoramento de TV, é cerca elétrica, é *Pit Bull* no quintal. As casas estão virando prisões para proteger as famílias das ruas. Isso não existia na geração passada. Se a segurança pública não voltar a ser considerada prioridade, em que mundo viverão nossos filhos e netos?

É nesse sentido, Deputada Keiko Ota, que, tendo sido Presidente da Comissão de Segurança Pública, nós conseguimos aqui avançar em muitos temas como, por exemplo, o Estatuto das Guardas Municipais, que soma, sim. Eu acho que esse novo arquétipo de segurança pública tem que prezar por uma comunicação horizontal e vertical. Vertical no sentido de União, Estados e Municípios dialogarem permanentemente, para que não haja superposição de prioridades e de competência em um tema e, em outro, um vazio, uma lacuna.

Essa comunicação tem que existir, e tem que existir horizontalmente: com a Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público, juízes, sistema de execução penal. Tem que haver diálogo. Hoje esse diálogo não existe. Se a Polícia Civil e a Polícia Militar tivessem diálogo, se estivessem em sintonia, muito mais crimes teriam sido elucidados. Mas o sistema brasileiro privilegia a divergência, ao invés da convergência.

É preciso tomar conta do tripé composto por Polícia, Justiça criminal e sistema carcerário para podermos um dia mudar a realidade deste País. E o mais grave é que temos, *grosso modo*, 350 mil vagas em presídios, 500 mil presos — 1,5 por vaga — e 400 mil mandados não cumpridos. Ou seja, se todos os mandados no Brasil fossem cumpridos, não haveria onde colocar os delinquentes, os marginais.

Há uma mudança que tem de ser feita, Deputado Mendonça Prado —, permita-me alongar um pouco para concluir minha intervenção. Hoje a produtividade



das polícias, salvo engano — foi a informação que me chegou —, é medida por inquéritos relatados e não por inquéritos solucionados.

A investigação tem que mudar esse *chip*. Hoje a burocracia impera, muitas vezes, na investigação, todo mundo tem que cumprir metas. Hoje a preocupação é relatar inquéritos. Tem que cobrar produtividade e dar ganhos, prêmios, valorizar quem consegue solucionar inquéritos, quem consegue elucidar fatos.

Hoje apenas 8% dos homicídios são elucidados e os autores vão para detrás das grades. Isso quer dizer o quê? Que no Brasil o crime compensa. Quem mata só tem 8% de chances de ficar atrás das grades.

Os servidores da segurança pública cumprem um papel essencial; são dedicados, sofrem preconceito da população, mas, infelizmente, o *chip* brasileiro, o *modus operandi*, o modelo de segurança pública no Brasil está exaurido, está esgotado, precisa ser reformulado. (*Palmas.*) E é para isso que estamos trabalhando.

Com a palavra o soldado Brasileiro, da ASPRA da Bahia.

Convido o Deputado Mendonça Prado para reassumir a Presidência dos trabalhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. BRASILEIRO - Obrigado, Deputado Efraim Filho, da Paraíba. Parabenizo V.Exa., o Deputado Mendonça Prado e a Deputada Keiko Ota, de São Paulo, que não são militares, são civis, mas abraçam a nossa causa. Para abraçar essa causa não precisa ser militar, porque segurança pública é dever de todos — a população tem que entender isso.

Deputado Mendonça Prado, eu vim da Bahia, sou o soldado Brasileiro. Venho representar aqui a ASPRA, meus colegas diretores, policiais baianos, bombeiros baianos e seus familiares, que estão, neste momento, com muito felizes, assim como eu estou, por saber que o nosso colega e amigo Prisco vai ser solto hoje — a justiça está sendo feita.

Mas, mesmo com essa alegria e essa emoção, não poderia deixar de falar das tristezas que estamos vivendo na Bahia. Eu sei que, assim como na Bahia, outros Estados aqui estão representados: como o Estado de Tocantins, com o Deputado Sargento Aragão; o Estado do Ceará, com o Vereador Capitão Wagner; como Santa Catarina, entre outros. Nós estamos vivendo no Brasil uma ditadura



disfarçada. E a população ainda não acordou para isso. Estão jogando para cima das polícias a culpa da insegurança que vivemos.

A Copa do Mundo está vindo aí e, mais uma vez — podem escrever isso —, a culpa será nossa, a culpa será dos policiais. Por quê? Os *black blocs* vão para as ruas, os vândalos vão para as ruas, e a força policial terá que ser usada, porque nós somos massa de manobra. Mas a população não entende que ali está a força do Estado, ali não está a força do soldado Brasileiro. Ele está representando o Estado, que não fez o dever de casa e não deu educação e saúde suficiente para a população e quer que nós resolvamos os problemas do Brasil.

Vou me ater ao Estado da Bahia, onde está havendo uma terrível perversidade. Lá não se pode falar mais nada. Eu e o colega dos Anjos embarcamos hoje em Salvador e, policiais que somos, detectamos a presença de no mínimo dois policiais federais que nos seguiram em todos os instantes, como se fôssemos criminosos ou terroristas. Na Bahia se implantou um sistema de corregedoria que investiga, apura, sentencia, condena, prende e expulsa.

Vivemos um caso lá, na Companhia 81, onde policiais foram investigados, presos, nem mesmo o Ministério Público tinha conhecimento do caso. A juíza mandou revogar de imediato e encaminhou para a DHPP, que nem tinha conhecimento do que havia acontecido. Para os senhores terem noção do que estão fazendo na Bahia, estão criando uma Justiça paralela.

Na Bahia os acordos pós-movimento não estão sendo cumpridos. Nada até hoje que foi acordado e prometido foi colocado em prática. Na Bahia estão pagando uma diária de R\$ 101,84 aos policiais que vão trabalhar na Copa do Mundo. Essa é a diária por 1 dia de trabalho no Estádio Arena Fonte Nova. Policiais do interior, que terão que se deslocar, e da capital vão receber R\$ 101,84 brutos. Vão sobrar menos de 70 reais líquidos.

Eu entrei na Polícia em 2009. Eu sou praça, sim, sou novo na Polícia, e estou nessa luta com o Prisco, estou na ASPRA desde 2009, quando era aluno. Cadê a bolsa-Copa? Quando eu entrei na Polícia, naquele ano, era aquele oba-oba. Será que a bolsa-Copa foi dada somente porque o ano de 2010 era ano eleitoral? E hoje essa bolsa-Copa é de R\$ 181,84? Não podemos deixar que nos usem como massa de manobra para eleger políticos que não têm compromisso com a nossa classe.



Eu sei que, assim como a Bahia, outros Estados também estão sofrendo com essa diária. Como a Sargento Angélica disse aqui, o soldado Jefferson foi mais uma vítima entre os muitos policiais — baianos, mineiros, cearenses — que perderam a vida por causa do *stress* e do sistema perverso que nos vem massacrando.

Digo aos senhores que recentemente, antes da greve, foi feita uma parada geral pelo Comandante na cidade de Feira de Santana. Naquela ocasião, eu indaguei a ele por que houve mudanças em alguns comandos na cidade e não no todo. Nesta semana eu recebi uma comunicação, com duas folhas, embasada em um regulamento arcaico, em que um major me acusa de ter faltado com a verdade e de tê-lo constrangido. Como se sentiu constrangido se eu fiz a pergunta ao Coronel, Comandante Geral? Ele pediu um Processo Administrativo Disciplinar — PAD, ou seja, pediu a minha demissão porque eu fiz uma pergunta! Entendam o que está acontecendo na Bahia. Acabou num PDS! Mas eu vou responder a esse PDS com orgulho, porque na Bahia nós não vamos abaixar a cabeça, vamos continuar lutando por segurança pública digna, porque somos pais de família, temos esposas, mães, pais e amigos que merecem o nosso respeito.

Não podemos olhar só para o nosso umbigo, nossa luta não é só por salário, é por dignidade, por plano de carreira, por uma segurança pública melhor.

Deixo aqui o meu abraço a todos os diretores da ASPRA Bahia, que são guerreiros, que estão na luta. Marco Prisco está sendo afastado, mas dentro de cada um de nós a luta dele continua. Nós não vamos desistir de lutar por dias melhores.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - A última oradora inscrita, antes das palavras dos dois Parlamentares militares, é a nossa querida Adriana Borgo.

Há outro inscrito, mas peço permissão para ouvirmos antes a Adriana, em homenagem ao gênero feminino. Em seguida ouviremos o inscrito e, posteriormente, os Parlamentares. A Deputada Keiko Ota poderá se pronunciar no momento que achar mais conveniente, com base no Regimento da Casa. Sinta-se à vontade para, quando desejar, fazer uso da palavra.

Vamos ouvir a Sra. Adriana Borgo.



A SRA. ADRIANA BORGIO - Boa tarde, Deputado. Boa tarde, amigos queridos! Toda vez que venho a Brasília saio daqui fortalecida. É muito bom encontrar parceiros de outros Estados que estão engajados na mesma luta, sofrendo. Vemos que não é só em São Paulo que enfrentamos, mas em todos os Estados.

Em São Paulo é uma “fartura” — o que não tem, falta. Falta interesse do Governo do Estado em promover qualquer tipo de valorização policial; faltam lideranças; faltam lideranças de verdade, porque hoje a arrecadação das associações é muito grande. Qualquer associação que se meta a contrariar o Governo perde o código de desconto. E, infelizmente, nós não temos lideranças comprometidas realmente com a classe policial. O que vemos hoje são associações que prometem grandes remunerações através de ações e acabam atraindo os associados. Mas elas não os representam. Está faltando também coragem para uma reação dos policiais militares e bombeiros militares de São Paulo.

Nós estamos com um problema sério de armamento em São Paulo. As armas ponto 40 da Polícia estão com problema na mola percussora. Desde janeiro do ano passado seis policiais foram demitidos por disparo acidental de arma e estão presos. Já denunciemos o fato à Secretaria de Segurança Pública e solicitamos que providências sejam tomadas para resolver o problema. Essas armas foram retiradas, foi feito o *recall* de algumas, mas elas não foram substituídas. O problema continua. Vidas de inocentes estão sendo ceifadas e policiais inocentes estão sendo punidos. Há coletes vencidos. O Governo do Estado sempre anuncia o investimento em segurança pública. Os coletes estão vencidos, os policiais têm que fazer revezamento para usá-los. Uma pessoa mais gordinha usa o colete durante todo o dia sob um forte calor e à noite um mais magrinho o usa. Ou seja, a segurança é zero.

Policiais que começaram a expressar alguma coisa no Facebook estão sendo demitidos. Isso vai contra qualquer tipo de democracia, de liberdade de expressão, contraria o art. 5º da Constituição. Mas não adianta recorrer. Nós atuamos como representantes dos direitos humanos dos policiais, mas nada é feito. Vamos à Assembleia, procuramos os órgãos de defesa, mas ninguém faz nada.

Nós estamos com um problema que já foi mencionado pelo nosso amigo aqui. O mesmo sistema acusa, apura e condena. O policial pode ter o melhor advogado.



Nós temos uma banca de advogados, mas não conseguimos ganhar nenhum caso. Por quê? O Comandante-Geral tem em mãos o processo, ele o avoca para despachá-lo. Ele jamais vai contra o sistema militar que apurou os fatos. E o policial demitido tem de sobreviver da forma que puder. São casos horríveis, ficamos abismados. E ninguém faz nada.

Formaram-se 1.020 sargentos da Polícia Militar e mais uma escola com mil policiais soldados. Esses policiais formados foram para o chamado Batalhão Copa. Esses policiais do Batalhão não recebem nada mais por isso. Para que esses sargentos, que atuam todo o Estado, permaneçam nesse Batalhão, assim como os policiais novos que se formaram, os policiais do interior estão se desgastando em escalas de 24 horas por 24 horas. Ou seja, às vezes ficam 48 horas de serviço, sem dormir. No deslocamento de ida e volta muitos acidentes têm acontecido e eles têm morrido no caminho. Tudo isso porque se quer manter um *status* e dizer que São Paulo está preparado para acolher a Copa do Mundo. Estamos com esse problema seriíssimo de escalas exorbitantes.

Já tivemos, neste ano de 2014, 48 mortes de policiais militares, fora os civis — 48 mortes! Nós não tivemos a visita de nenhum representante dos órgãos de direitos humanos; nós não tivemos a visita do Secretário de Segurança, do Ouvidor da Polícia, de ninguém! As famílias ficam jogadas. Muitas até hoje não receberam o seguro de vida, promessa do Governo. Ou seja, 24 horas após o falecimento do policial esse pagamento é bloqueado. Há a demora de 4 meses para que a família, no pior momento, comece a recebê-lo. Então, nós temos que ver isso também. Nós tivemos um índice muito grande de suicídios de fevereiro para cá. Isso nos alarmou. Muitos policiais estão tirando a própria vida! Para que vocês tenham uma ideia, pela estatística, têm morrido mais policiais por suicídio do que em serviço. Isso tem nos alarmado, a situação está insuportável.

Os policiais não têm a quem recorrer. Foi criado um sistema de contenção, porque eles não podem se expressar. A Corregedoria tem pegado muito no pé dos policiais. Nós vimos uma briga política do Governo Federal com o Governo Estadual, e os policiais estão no meio dessa briga, sendo massacrados. Um segura o poder aqui, o outro quer ter o poder ali. Isso nos tem preocupado muito.

São muitos os policiais que nos procuram. E nós os encaminhamos para o hospital da Polícia Militar. Quando eles chegam lá, os médicos olham e dizem que



eles têm total condição de voltar ao trabalho. Aí acontecem os suicídios, as brigas nos lares, as agressões.

Para terminar, diante de tudo isso, uma vez que esta é uma audiência sobre segurança pública, eu vim pedir socorro, porque os nossos policiais, que pertencem ao Estado com a maior arrecadação, o maior PIB do País, tiveram zero de aumento salarial este ano. Um policial não tem como trabalhar motivado porque está doente financeiramente. A família policial está doente emocionalmente. Como um policial que sofre com tudo isso — o que falamos é só um pouquinho — pode dar segurança a alguém na rua se ele não tem a proteção de quem deveria valorizá-lo? Ele não tem a quem recorrer! Ele está abandonado! Ninguém pode dar aquilo que não tem.

Quero fazer um pedido aos senhores. Aproveitando o ensejo, nós estamos falando das dificuldades das polícias do Brasil, que não são diferentes, mudam só os Estados. Nós precisamos fazer alguma coisa pela segurança pública do País e pela vida dos nossos policiais. Eles são seres humanos! Muita gente não acredita nisso; muita gente julga os policiais, mas não sabe o que eles passam e a razão de certas reações no dia a dia nas ruas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Antes de conceder a palavra ao Sr. Divinato, quero anunciar a presença do Deputado Major Fábio, nosso Líder nesta Casa. Ele é o condutor de uma bancada que defende a segurança pública, é o maior representante, oriundo da Polícia Militar do Estado da Paraíba, e tem sido a principal liderança em relação às proposições, ao processo legislativo. Ele é sempre quem nos orienta nas votações e em todos os procedimentos que são adotados em defesa da segurança pública do País. Eu anuncio a sua presença.

Concedo a palavra ao Sr. Divinato da Consolação, Presidente da Federação Interestadual dos Policiais Civis das Regiões Centro-Oeste e Norte.

O SR. DIVINATO DA CONSOLAÇÃO - Boa tarde. Eu sou o Divinato, presido a FEIPOL Centro-Oeste e Norte, a Federação dos Policiais Civis.

Quero cumprimentar a Mesa e falar de uma indignação. Que pena, Deputado Mendonça Prado, que pena, Deputado Sargento Sérgio Aragão, que no dia em que a gente deveria ser esquecido, riscado mapa de qualquer história da humanidade, prende-se o companheiro Prisco! Isso se deu numa Sexta-feira da Paixão. Que pena! Essa é uma data que nos remete a um momento muito triste da nossa história,



no qual um soldado pregou Jesus de Nazaré numa cruz. Será que teremos que pagar por um ato passado e ver a prisão do Prisco nesse dia também? O que fazia o Prisco nesse dia? Estava com seus pares a defender questões suas.

A Constituição vedou aos militares da nossa Pátria o direito de greve. Ora, quando ela veda o direito de greve, está dizendo indiretamente que protegerá os militares deste País com salários dignos, que eles não precisarão fazer greve. Essa é uma lógica que podemos compreender, ela está na compreensão de todos nós. O legislador originário queria que os militares deste País não precisassem mendigar. Foi essa a mensagem que da nossa Constituição, mas são emblemáticos os casos que vemos por aí.

Isso ocorre com o Aragão, em Tocantins; com o Gonzaga e outros companheiros que aqui ocuparam a tribuna. Esses casos estão espalhados por todo o País. A nossa resistência pelo Brasil afora também. Não dá mais para continuar com esse modelo de segurança.

O que querem de nós? Quando é que nos buscam, Deputado? Sabe quando? Quando a família falha, quando a Igreja falha, quando a escola falha ou quando aquela pessoa que passou por todos os locais e deveria receber condições de educação ou, pelo menos, conhecimento religioso, mas isso não foi possível. Cabe a nós, policiais, dar a resposta que a sociedade e o Estado brasileiro não conseguiram dar.

Qual é a única arma que nós temos para trabalhar todos os dias? Não é a arma que carregamos na cintura, é a nossa vida que nós levamos para as ruas para defender os cidadãos. É isso que tem que ficar claro, Deputado. O que as pessoas de bem deste País têm que entender é que o clamor dos policiais militares da Bahia é o mesmo clamor dos policiais do restante do Brasil. É a mesma revolta que nós, policiais civis e federais, carregamos diante do não reconhecimento daquilo que fazemos.

Nós somos os primeiros a chegar aos locais conflagrados, e neles permanecemos, porque o Estado só chega depois que o local deixa de estar conflagrado.

Temos o Morro do Alemão, entre outros locais neste País, onde primeiro se usa a força policial, mas se esquecendo do ser humano e das pessoas que aqui estão e que fazem a segurança deste País.



Não dá mais para admitir que continuem a prender nossas lideranças. Será que nós estamos pagando por aquela triste história de uma Sexta da Paixão que queremos ver esquecida? Nós temos que olhar para frente, com os exemplos bons.

O companheiro Prisco, mais do que um mártir, é um homem, um pai de família que deve nortear todos os caminhos que nós, policiais do Brasil, devemos seguir.

Não podemos nos calar nunca, porque nós somos os verdadeiros heróis. Mas somos heróis invisíveis. Ninguém vê os atos que nós praticamos. Quando nós cometemos deslizes, é sobre nós que lançam as primeiras pedras. Falo aqui como o Divinato, Presidente da Federação, pessoa que conheço como nunca, porque sempre estive do lado não só dos companheiros da Polícia Militar, mas também dos companheiros de qualquer setor da segurança pública do Brasil. Sempre estive a ombrear nas lutas. Não nos calaremos nunca.

Hoje soltam o Prisco. Esperamos nunca mais ver essa prática na nossa história. Nós queremos um governo democrático, uma polícia militar democratizada e os direitos e garantias conquistados, porque nós somos aqueles que, de verdade, fazem a segurança pública neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Como estamos chegando à fase final desta audiência pública. Vamos anunciar a ordem dos últimos oradores.

Vou conceder a palavra na seguinte ordem: ao Sr. Wagner, capitão e Vereador de Fortaleza; ao Deputado Estadual Sargento Aragão, de Tocantins; à Deputada Keiko Ota; e, para concluir, ao Deputado Major Fábio.

Com a palavra o Vereador Capitão Wagner.

O SR. CAPITÃO WAGNER - Boa tarde, Deputado Mendonça Prado, que preside esta audiência pública e muito nos honra com seu trabalho; Deputado Major Fábio, um dos maiores lutadores em defesa dos direitos dos policiais militares e bombeiros militares de todo o Brasil; Deputado Estadual Sargento Aragão, mais um grande guerreiro que luta em defesa dos profissionais de segurança pública no seu Estado de Tocantins.

Antes de falar um pouco e concordar com as palavras do Lotin, cujo discurso acho que foi o melhor até agora, quero fazer o registro — e olhem que os



companheiros do Ceará, o Sabino e o Marinho, sabem que eu não sou de puxar o saco de ninguém — do trabalho que é feito aqui pelo Deputado Mendonça Prado em defesa não só dos profissionais de segurança pública, mas da segurança pública de todo o País. Ele levanta essa bandeira com tanta fé, com tanto amor que realmente nos motiva, Deputado, a continuar nessa luta. Sabemos que o senhor, com o que faz, em nenhum momento está visando qualquer retorno eleitoral, mas pode ter certeza de vai ter retorno eleitoral. Eu faço questão de, como representante dos profissionais de segurança pública, ir ao Estado de Sergipe, se necessário, para fazer campanha para o Deputado Mendonça Prado, seja qual for o cargo a que vá concorrer neste ano. Nem sei a que cargo o senhor vai concorrer. Faço isso porque sei que o senhor não está fazendo isso só em ano de eleição. Desde o dia em que pisou aqui na Câmara dos Deputados o senhor defende não só os profissionais de segurança pública, mas a segurança pública do País, ao viajar para a Bahia, para o Ceará, para o seu próprio Estado, Sergipe, e vários outros para defender uma segurança pública de qualidade. Pode ter certeza de que muito nos honra a representação que V.Exa. tem na Câmara dos Deputados.

Não vou nem falar do Deputado Major Fábio, porque sou fã de seu trabalho, mas hoje eu queria exaltar realmente o trabalho feito pelo Deputado Mendonça Prado e dizer que o Lotin está coberto de razão em tudo que disse aqui. Eu queria até que o Deputado Efraim Filho ainda estivesse aqui para discordar da sua afirmação de que o Congresso Nacional faz o papel dele. Talvez os Deputados Efraim Filho, Mendonça Prado, Major Fábio e Keiko Ota façam os seus papéis, mas o Congresso Nacional não está fazendo o seu papel. Há quanto tempo vários itens da pauta da segurança pública estão para ser votados? Aliás, vários itens de segurança pública que estão aqui não são nem colocados em pauta para ser votados. E de quem é a culpa, senão da Mesa Diretora eleita pelos Deputados Federais?

Então, os Deputados Federais, o Congresso Nacional, infelizmente, não tem feito seu papel, não têm se preocupado com isso. Tem feito vários discursos, mas subir na tribuna e fazer discurso é muito fácil. Basta fazer um cursinho de oratória, passar 2 ou 3 meses treinando na frente do espelho que se consegue fazer discurso bonito. No Ceará e em todo o Brasil está cheio de discurso bonito; em Câmaras de Vereadores, em Assembleias Legislativas e aqui no Congresso Nacional tem muito



discurso bonito. Agora, difícil mesmo é acharmos Parlamentares com coerência entre o discurso e a atitude. Que a segurança pública está um caos, todo mundo sabe. Mas na hora de votar um projeto que venha melhorar a segurança pública, se o Governo diz que não é para votar e ele não vota, ele não está sendo coerente. E se o Governo diz para ele votar contra e ele não vota, ele também não está sendo coerente.

No Ceará nós estamos cansados de ver pessoas que usam programas policiais para se eleger a custa da violência. E é regra em todo o Brasil. Aquilo que nós vimos no filme *Tropa de Elite* não é ficção, não, meu povo, aquilo é realidade. As pessoas se utilizam da violência, exploram-na para se eleger, mas não apresentam um projeto sequer para melhorar a segurança pública. Discursos bonitos são muitos, mas, infelizmente, não vemos nenhuma atitude que mostre coerência entre o discurso e a prática.

Eu queria parabenizar aqui o corpo jurídico da ASPRA pela luta que teve, nas pessoas dos diretores que ainda estão presentes; parabenizar o Evaldo, que sempre está aqui em Brasília, representando muito bem o Capitão Tadeu; e parabenizar a Polícia da Bahia por essa vitória. Eu não sei se vou parabenizar pela liberdade do Prisco. Mas que liberdade, se o Prisco não vai poder sair nem de Salvador? Para sair de Salvador, ele vai ter que pedir permissão ao Judiciário. Eu ia perguntar ao Corpo Jurídico, que já se ausentou — mas posso perguntar ao Evaldo —, se lá na Bahia tem duas Justiças. Essa Justiça da Bahia que determinou que o Prisco não pode se ausentar sem permissão é a mesma Justiça que determinou a reintegração do Prisco, que até hoje o Governo do Estado não cumpriu? É a mesma Justiça? Será que é? Vejam se não é um absurdo! Um cidadão como ele é obrigado a cumprir as determinações judiciais, mas o Governo não as cumpre.

Lá no Estado do Ceará — e o Sabino é testemunha, pois entrou na luta primeiro —, a Assembleia Legislativa, em 2008, votou uma lei, Deputado Major Fábio, determinando que, em 180 dias, o Governo do Estado regulamentasse a carga horária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará. Isso ocorreu em 2008. Já se foram 6 anos, mas até hoje o Governo nada cumpriu. A associação a que pertence o Sabino já entrou com uma ação judicial, nós já entramos, mas a Justiça não consegue obrigar o Governo do Estado a cumprir uma lei que foi votada na Assembleia. A que ponto nós chegamos?



Agora há pouco, eu escutava o Deputado Mendonça Prado falar da independência dos Poderes. É muito bonito o que está escrito na Constituição, mas hoje não existe independência entre os Poderes. Os Poderes se submetem ao Executivo, seja nas Câmaras Municipais, nas Assembleias ou no Congresso Nacional. Infelizmente, os Parlamentos se submetem aos pedidos, aos desejos do Executivo. O Judiciário — infelizmente, e não sei por que, é inexplicável — não consegue fazer com que os Chefes dos Executivos, sejam os Prefeitos, os Governadores, ou o Presidente da República, venham realmente a cumprir uma ordem judicial. Não sei que poder é esse que o Chefe do Executivo tem que permite a ele não cumprir ordem judicial. No Brasil, ele cumpre se quiser. Infelizmente, a gente não tem nenhuma medida para que isso não ocorra. Infelizmente, essa é a nossa realidade.

Eu queria perguntar ao Ministério Público Federal, que entrou com uma ação civil pública querendo cobrar 16 milhões da Associação dos Praças e Bombeiros Militares — ASPRA, por que ele não entra com uma ação civil pública para cobrar dos Governos Estaduais as horas extras que os policiais militares trabalham e não recebem em todo o Brasil. (*Palmas.*) Por que o Ministério Público Federal não entra com uma ação civil pública para cobrar essas horas extras?

Ao escutar a Adriana falar que lá em São Paulo os policiais estão trabalhando 24 horas por 24 horas, devo dizer que no Ceará não é diferente, nem no interior, onde trabalham com a mesma escala: trabalham um dia, folgam outro. E trabalham 24 horas mesmo! Só sabe o que é trabalhar no interior do Estado quem já passou por essa experiência de trabalhar onde há três policiais para tomar conta de uma cidade com 40 mil habitantes. Prove-me que o policial, durante essas 24 horas, tem como descansar. Digo isso porque ele não descansa. Só tem uma viatura e três policiais para tomar conta de uma cidade com vários distritos. Infelizmente, ele não tem como descansar. Essa é a realidade não só do Ceará, mas de vários locais.

Eu ouvi o companheiro da Bahia, o Brasileiro — o Sabino até olhou para mim e riu —, falar a respeito da diária que vai ser paga aos policiais militares lá do interior da Bahia para que venham à Capital: 101 reais, não é, Brasileiro? Pois lá no Ceará é de 60 reais, meu filho. No Ceará, a diária é de 60 reais por dia, para se pagar hotel e alimentação. Aí, o policial se sujeita a dormir no chão, ao lado das baratas, dos



ratos, como a gente já presenciou lá em Fortaleza e denunciou essa situação em todo o Estado.

Então, queria deixar registrado, Deputado Mendonça Prado, meus parabéns por mais esta iniciativa de tentar defender os interesses da segurança pública, mais uma vez tentar fazer com que os Governos venham a acordar, porque segurança pública hoje não é mais uma pauta só do pobre, não; não é mais uma pauta de qualquer pessoa. Infelizmente, está aqui uma vítima dessa ausência de segurança pública, uma Deputada Federal que perdeu o filho de maneira trágica, como todo o Brasil tomou conhecimento. Infelizmente, nenhuma ação foi adotada para melhorar a segurança pública.

Então, queria dizer que hoje a pauta da segurança pública é a pauta do rico, do pobre, do branco, do negro, do empresário, do favelado, todo mundo hoje precisa de segurança pública de qualidade. E a gente tem que acordar. A gente precisa fazer com que as pessoas que estão nas ruas reivindicando saúde padrão FIFA e educação padrão FIFA peçam também segurança padrão FIFA.

A gente sabe que é difícil fazer a sociedade hoje ficar ao lado dos profissionais de segurança, porque são os mesmos profissionais que estão lá evitando que eles se manifestem. Infelizmente, é difícil fazer a sociedade entender que esses profissionais de segurança estão lá porque é o jeito, porque não têm como dizer “não”. Infelizmente, eles não têm como dizer “não” a seus superiores. Se disserem “não”, vão perder seus empregos.

Então, a gente deixa registrado aqui os parabéns à Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. E queria pedir, mais uma vez, que a gente acorde! Temos este ano para decidir realmente o nosso futuro para os próximos 4 anos. As nossas vidas vão ser decididas em outubro. Não vou falar sobre partidos ou candidatos, mas espero que a gente possa analisar quem realmente está preocupado com a segurança pública, com a saúde, com a seca lá do Nordeste — nosso Ceará tem sofrido muito com essa questão da seca.

E que a gente possa trazer aqui para o Congresso Nacional pessoas que tenham compromisso realmente com o povo e que façam o que o Major Fábio fez na campanha dele — e não me esqueci disso nunca —, quando ele disse que foi pressionado por seus eleitores para mudar o candidato dele.



Imagine-se votando no primeiro turno em um candidato a Governador e o seu eleitor pressionar para que você vote em outro: *“Não, a gente não quer mais esse daí, não, a gente quer o outro”*. E ele acolheu o que o eleitor pediu. Isso aí não é qualquer político que faz.

Então, a gente parabeniza o Major Fábio, o Major Mendonça Prado e o Aragão pelo trabalho lá em Tocantins e agradece pelo espaço.

Muito obrigado.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Deputado Estadual Sargento Aragão, do Estado do Tocantins.

O SR. MANOEL ARAGÃO DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar aqui, em especial, o nosso Presidente da Comissão, que ora preside os trabalhos, Deputado Mendonça Prado. Já escutamos, nos lugares por onde passamos, que todos gostariam de ter um representante à altura, em cada Estado, e da estirpe de V. Exa. E dissemos isso várias vezes, não só no Tocantins, mesmo sem a presença de V.Exa. naquele momento. É o que presenciamos em outros locais Brasil afora.

Quero cumprimentar aqui o meu conterrâneo, Deputado Major Fábio. Eu sou pernambucano, mas sou de Sertânia e, como ele é paraibano, somos vizinhos, apesar de eu estar no Tocantins.

O Deputado Major Fábio tem falado muito aqui, no Congresso Nacional, especificamente aqui na Comissão, sobre a PEC 300. E eu me lembro, Major, de quando alguém chegou falando o seguinte da PEC 300 — parece-me que foi o Gandra: *“Major, não cai nessa, não, porque eles vão aprovar em primeiro turno, mas a outra não entra, não”*. *“Não, Gandra, mas eu tenho que acreditar”*. E o senhor acreditou e, acho, está acreditando até hoje — é verdade que com uma diferença grande.

Ao Capitão Wagner os nossos parabéns, pois eleger-se Vereador com 43 mil votos na cidade de Fortaleza não é para qualquer um. Ele é o mais votado da história do País proporcionalmente. Parece-me que o mais votado lá, até então, tinha tido 21 mil ou 22 mil votos. Então, V. Exa. é uma das lideranças que precisa vir a esta Casa.



E, aí, cabe também a responsabilidade de todos nós, porque nós estamos no Tocantins também enfrentando um processo muito duro. O Governo tenta esvaziar uma coligação que a gente já havia formado, correndo o risco de termos o terceiro ou o quarto mais votado, mas ficarmos de fora das oito vagas por conta do quociente eleitoral. Isso é muito dolorido. E como é que se enfrenta isso? É muito complicado. Pedimos a Deus que dê tudo certo para que a gente possa caminhar e conseguir retomar essa coligação que, até então, estava feita.

Quero cumprimentar a todos e, em especial, à assessoria jurídica pelo belíssimo trabalho. Imaginem o tanto que sofreu essa assessoria com o tanto de pessoas que foi lá e disse: *“Não, isso não é para advogadinho, rapaz; pegue um ex-Ministro lá de Brasília, pois isso já tinha sido resolvido”*. Parece até que é programado, não é? Mas fizemos a defesa.

Eu queria começar aqui pedindo ao pessoal da Bahia que se lembre de 2012, quando fiz um discurso na Assembleia Legislativa do Tocantins — repetido pelo Sargento Rodrigues, Deputado em Minas Gerais — muito duro contra a Presidenta atual.

Quem se lembra, quando o nosso Ministro da Justiça desembarcou no Aeroporto de Salvador, da primeira coisa que ele disse: *“Eu mandei reservar, mandei pedir — ou pedi, ou determinei — a reserva de todos os presídios federais do Brasil”*. Se existe algo pior do que ouvir aquilo, a gente fica pensando em como são tomadas as decisões no Brasil. Essa foi a descida. E, depois, ainda veio a Presidenta — eu acho até que S.Exa. estava mal assessorada — dizer que ia dar à Justiça Militar condições de fazer, coercitivamente, um julgamento imediato. Eu não sei nem de onde ela tirou aquilo. Pelo menos, os *blogs* da Bahia publicaram isso. Bom, foi algo que nos deixou indignados, todos nós.

Agora, essa última declaração — e esperamos que seja a última mesmo — foi assim para rasgar tudo aquilo que aprendemos durante o período que estávamos nas faculdades, nas universidades, nos bancos escolares, estudando um pouco de Direito. Essa ninguém consegue entender, porque, para todo lado que se puxa, vemos uma forma política, uma forma esdrúxula, como já foi dito aqui, e a gente não consegue acreditar.

Quando a gente escuta o Ministro da Justiça, ao descer do avião, no aeroporto, na primeira entrevista, dizer que mandou reservar vagas em todos os



presídios; é o mesmo que ouvir S.Exa. dizer que iria combater trabalhador matando trabalhador. E me parece que a Força Nacional, afora duas ou três oportunidades que atuou neste Brasil desde que foi formada, só combate trabalhador, somente nas greves. Eu não vi outra forma.

Eu queria que o Simas, de Alagoas, ainda estivesse aqui, para a gente falar um pouco do Brasil Mais Seguro. Que programa é esse que transformou Maceió, que era a nona capital do País em número de homicídios, em primeira? Ele falou em terceira, mas, pelo menos, segundo as estatísticas que tenho, é a primeira do Brasil em número de homicídios e a terceira do mundo — e isso depois da implantação do Brasil Mais Seguro. Agora, no Brasil Mais Seguro, um soldado da Força Nacional recebe 10 mil reais; o de Alagoas, salvo engano, recebe 2 mil e 600 reais. Como é que eu vou fazer segurança do mesmo jeito? É esse Brasil mais seguro que nós queremos? É essa segurança pública que o Governo Federal oferece? É essa mesma, porque pega os melhores profissionais de cada Estado desta Federação e leva para a Força Nacional. E qual é o ganho? É o Estado ainda pagar o seu salário. Ou não é verdade isso? É essa a forma que nós queremos? Mas nós temos o exemplo de Alagoas, que estava em nona colocação, agora está em primeira. Este foi o exemplo do Brasil Mais Seguro. Será que é isso que nós queremos?

Agora, qual é o investimento, meu bravo Vereador Capitão Wagner? Qual é o investimento na segurança pública no seu Estado? O senhor poderia dizer para nós? Eu posso dizer qual é o investimento no Tocantins: para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, o orçamento de 2014 é zero. Podem pesquisar. O orçamento é zero! Eu posso cobrar alguma coisa? O orçamento lá é zero, zero ponto zero!

Eu ouvi, Deputado Major Fábio, V.Exa. fazer uma defesa muito forte, ainda naqueles anos em que a gente fazia as caminhadas — e o Deputado Mendonça Prado ia completando —, em relação ao fundo constitucional. Deputados, temos que achar uma forma de fazer esse fundo constitucional andar, porque eu não vejo outra forma de dizermos assim: *“Para a segurança pública, temos que buscar recursos aqui”*. Ora, eu vou buscar, no fundo constitucional, recursos para a segurança pública e vou ter pelo menos algo carimbado, determinado, ainda que seja um percentual — 1%, 2% ou 3% —, mas que seja algo.

Em qualquer rubrica pode-se dizer: saúde, 12%; educação, 25%. Mas e a segurança pública? É o que sobrar. Se eu não tenho rubrica, é o que sobrar. O que



sobrar vai. Aí, meu Vereador, meu Deputado Federal, a segurança pública é tão perversa com seus profissionais — e o Lotin colocou isso com muita propriedade, assim com o meu amigo, o Brasileiro, que colocou aqui algo que está escrito, parece-me, à exceção de Minas Gerais, no regulamento dos demais 26 Estados e do Distrito Federal — que eles são acusados de faltarem com a verdade. E ele está sendo indiciado, já foi aberto o Processo Administrativo Disciplinar — PAD, porque faltou com a verdade, quando a nossa Constituição Cidadã diz que ninguém é obrigado à autocondenação. É assim que diz. Mas no seu Estado da Bahia e nos demais Estados da Federação, o Estatuto dos Policiais Militares diz que faltar com a verdade é falta gravíssima. Ora, então, eu tenho que mentir? Como é que eu faço? Eu tenho que fazer uma autocondenação? Mas é algo castrense para nós.

Em uma oportunidade, Deputado Mendonça Prado, quando aqui estavam o Darciolo, o Cabo Jeová e o Prisco, pedi-lhes autorização para chamá-los de "subcidadãos". Acho que o Lotin estava presente também. Evidentemente, eles me autorizaram. Mas por que "subcidadãos"? Ora, tem ação mais descabida do que essa cometida contra o Prisco? A segunda tinha sido a do Darciolo, que recebeu voz de prisão ainda dentro de uma aeronave ao desembarcar no Rio de Janeiro, sem saber o motivo, sem mandado de prisão. E ele foi conduzido para Bangu 1, mesmo estando na ativa dentro da Polícia Militar.

O que é isso?! Virou brincadeira?! É assim que vamos conduzir a nossa segurança pública? Que respeito eu dou ao profissional? O que quero que ele dê ao cidadão? Quem paga é a sociedade com um preço muito alto.

Eu faço uma verificação com relação aos efetivos existentes há 10 anos. Qual foi o Estado que não sofreu redução? Levante a mão aqui um e diga: que Estado não sofreu redução? Há 10 anos, eu tinha um efetivo — refiro-me aqui à Polícia Militar — que é o mesmo de hoje. Aumenta a população, mas não há aumento de efetivo. Todos perdemos, até porque não demos conta de acompanhar. E como é que eu vou fazer esse mesmo policiamento? E ainda ficam brigando e querendo tomar a função do outro, como ocorreu em uma discussão sobre a criação da Guarda Municipal, quando uma pessoa levantou e disse assim: *"Gente, tem bandido para todo mundo. Deixem a guarda trabalhar, vão fazer outra coisa. Tem bandido sobrando, deixem alguém assumir alguma coisa."*



Então, nós continuamos dentro daquilo que mais dói nos policiais militares: nós fomos excluídos da Polícia Militar no dia 23 de novembro de 2001. E por que será que todo policial militar nessa situação é excluído? É porque, quando ele diz que vai criar um movimento paredista ou se reunirá para uma assembleia geral, já se chegou ao extremo. Já se está na extremidade. Ora, se eu não posso falar ou reivindicar, qualquer reunião da qual eu participe, eu já estarei na extremidade. Então, se eu fui para a extremidade, evidentemente eu já cometi crime.

Agora, quando vejo no Código Penal Militar que a vida do tenente vale mais do que a vida do soldado, eu posso me reportar a uma imundice dessa, criada na época da ditadura, no AI 05?! Refiro-me ao Ato 001 e ao Ato 002. Quem é que não sabe disso? Quando a vida de um vale mais do que a do outro, aí não dá para discutir.

Então, meus senhores e minhas senhoras, só tem uma forma de a gente mudar: é aqui no Congresso Nacional, é aqui. Devemos trazer os representantes para cá. Aí nós formaremos uma bancada. E vamos negociar voto, sim. Temos que fazer isso mesmo, porque não existe outra forma.

Nós queremos salvar a segurança pública, mas somos tachados de bandidos, de criminosos, e nos colocam em presídios. Isso porque nós trabalhamos em prol da segurança, mas acham que nós queremos fazer baderna.

Ora, alguém falou aqui em jornada de trabalho de 300 horas; é só fazer a conta, pois essa matemática está pronta. Calcule quem quiser, pois quem trabalha 24 horas por 48 horas ganhou prêmio da Mega-Sena. É um prêmio da Mega-Sena! E mesmo assim vai trabalhar por 45 anos, se a jornada de trabalho for de 40 horas. É só fazer a conta.

Ora, essa é a cobrança que nós queremos? Eu acho que a gente deu uma melhorada. Se a gente pegar a Constituição de 1934, tivemos um pequeno avanço. Até porque lá está escrito que mendigos, prostitutas e praças não poderiam votar.

Quando chegamos à Constituição Cidadã, de 1988 — e eu continuo dizendo que nós não somos cidadãos, estou falando na condição de praça, de sargento —, veremos que cabo e soldado já podem votar. Podem votar. Mas não se está dizendo que eles vão votar, mas que eles "podem". Ora, no dia da eleição, eles são transferidos de seu domicílio eleitoral. Agora, olhem a contradição — e aí é uma contradição, pois sou escalado para o serviço para dar segurança àquele cidadão



que quer exercer o seu direito de voto, no entanto, eu não posso exercer o meu. Como é que eu vou garantir o direito de alguém, se o meu próprio eu não posso garantir?! Mas hoje se pode votar até em presídios. Pode-se votar. Foi concedido o direito de voto aos presos provisórios.

Então, são muitas coisas, mas só tem um jeito: a desmilitarização das polícias. Não há alternativa. Sem desmilitarização, não vamos a lugar algum.

Eu estou aqui com documento que acabamos de protocolizar através do Deputado Luiz Gonzaga, que assumiu recentemente, sobre o art. 18 do Decreto nº 667, que prevê o fim da prisão administrativa. Ora, se o cidadão chegou com o cabelo grande, com a farda amarrotada, com um fio de barba a mais, ficará preso. Em São Paulo isso já mudou. Lá agora não é prisão, é "permanência". Mudou o nome. Um Deputado aqui que fez uma defesa: *"São Paulo não tem mais prisão."* E eu fui pesquisar. É permanência. Qual é a diferença? Eu não posso sair, não estou preso, não estou detido. Agora, como é que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO ARAGÃO - Na Paraíba é castigo. *(Riso.)*

Como é que você vai dizer à sua família: *"Você está preso?"*; *"Estou"*; *"Por que você está preso, meu pai? Ora, alguma coisa fez"*.

Eu acho que agora cabe a cada um de nós chegar aos nossos Estados... aqueles que têm mandato têm a obrigação, têm o dever, de reproduzir o que aconteceu nesta audiência pública. Nós temos a obrigação de fazer isso, e vamos fazer, e fazer bem feito. Vamos reproduzir e utilizar mesmo toda a imprensa daquele Estado e vamos mandar para vocês na Bahia, para que a gente possa produzir algo que foi repercutido no Brasil. Eu acho que uma das saídas é essa. Agora, a única é a desmilitarização. Sem ela, nós não conseguimos nem andar, até porque, com o que estamos fazendo aqui, quem não tem mandato, ao sair daquela porta, já pode ser detido. Já pode ser. Tem que sair do lado do Deputado. Se estiver do lado do Major Fábio, está garantido. *(Risos.)*

Então, o que é isso que nós estamos fazendo que nem podemos debater? Divinato, o que nós estamos fazendo? O que a Polícia Civil faz? O que a Polícia Militar faz? Mas nós vivemos uma situação castrense mesmo que, quando abrimos a boca, temos que apanhar, sofrer, perder o emprego. E eu repito: polícia que faz greve é polícia honesta.



Muito obrigado e me desculpem pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra à Deputada Keiko Ota.

Antes, porém, informo às senhoras e aos senhores que nós vamos preparar um vídeo com todos esses depoimentos, até porque eu acho que esta audiência pública está sendo bastante proveitosa. Então, vamos preparar aqui uma relação com nome e endereço de cada um dos presentes. Posteriormente, nos próximos 15 dias, nós vamos encaminhar para cada um de vocês um vídeo com todos esses depoimentos. Então, por gentileza, passem uma relação com nome e endereço. Sargento, por favor.

Deputada Keiko Ota com a palavra.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Deputado Mendonça Prado, sempre Presidente desta Comissão, eu quero externar aqui a minha gratidão, porque eu me senti muito acolhida na sua gestão por conta dos projetos de lei mais duros para crimes contra a vida, V.Exa. sabe.

Todos me conhecem por termos perdoado esses algozes do nosso filho. Mas perdoamos porque não é fácil essa dor, superar a dor da perda, da sensação de impunidade, da raiva, do ódio que esse episódio provoca nos nossos corações.

Realmente, ser policial no Brasil não é fácil. Eu sempre estou com o Comandante Meira — nós fazemos um trabalho de cultura de paz para melhorar a qualidade de vida das pessoas —, e ele realmente fala dessa questão, que a Adriana colocou aqui, do suicídio, da violência que causa tudo isso. E realmente não podemos... Nós temos que dar um basta a essa violência. Quantas mães e quantos pais sofrem. E é uma dor, gente, que eu nem sei descrever! Dói tudo. A gente perde o teto, o chão. Não é fácil.

O meu Estado de São Paulo também está muito violento. E, como o Vereador Wagner disse aqui, nós precisamos saber em quem vamos votar este ano, porque o voto não é da Presidente, não é da Deputada Keiko Ota, não é dos Parlamentares, é do povo. O povo é que tem que decidir, senão nós vamos correr todo esse risco de ter um País mais violento.

E quanto ao senhor que disse ali: "*Será que nós estamos pagando pecado?*". Não, gente, não existe pecado. O que falta mesmo é vontade política, atitude dos governantes, do poder público, trabalho. E, olhem, é possível! Eu acredito, porque o



Brasil ainda é um país maravilhoso! Mas nós temos que trabalhar. Se não existir ação e atitude, não vamos conseguir nada. Então, realmente todos falaram bem aqui. Nós ouvimos principalmente a Adriana contando todo o sofrimento que eles enfrentam no dia a dia. Temos muito a avançar, mas juntos podemos melhorar este País.

Então, quero apenas deixar aqui meu carinho, respeito e apoio às causas de todos os policiais e bombeiros militares. Vocês são pessoas de extrema importância para trazerem uma cultura de paz. Eu acho que o importante é estarmos juntos.

Foi muito importante esta audiência pública. E obrigada pela oportunidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao último orador, Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Boa tarde ainda a todos e a todas! Quero dizer que é um prazer estar aqui novamente nesta audiência pública. Quantas audiências públicas nós realizamos, né? A PEC 300, Deputado Aragão, digamos assim, foi uma chamada. Ela serviu para que a gente chamasse todo o Brasil para cá. Quantos policiais passaram por aqui? Foram tantos policiais e bombeiros que passaram por aqui que eu vi policiais de vários Estados morrerem. Eu nunca imaginei que ia chorar a morte de pessoas de outros Estados.

Ano passado — acho que este ano ainda —, chorei a morte do Sargento e da esposa dele lá no Pará, a Veridiana. Veridiana, né? Ano passado — o tempo passa tão rápido —, em casa, conversei com Veridiana — acho que não é Veridiana, não; deixe-me ver — por quase uma hora no meu gabinete. Eu disse: “*Que mulher inteligente, rapaz! Que mulher guerreira!*” E ela chegou aqui com o pessoal do Pará. Eu disse: “*Rapaz, onde é que você estava? A gente precisava de você aqui na luta da PEC*”. (Riso.) E, quando eu estava em casa, e o esposo dela, um Sargento da Polícia, maranhense, estava lá na polícia, de repente, o anúncio na televisão: “*Faleceu, foi morta, em Belém do Pará, no centro, a esposa de um sargento. E a polícia está decidindo se vai entrar em greve ou não*”. Quando ouvi isso, eu disse: “*Pronto, já sei quem foi*”. E já comecei a chorar, já fui para o quarto soluçar. A esposa já correu atrás de mim. Então, nós vivemos este momento aqui. Quantas pessoas morreram do meu Estado e de outros Estados nessa luta pelo piso nacional?



Mas, infelizmente, ou felizmente, nós temos muitos líderes nas nossas polícias. A gente tem muitos líderes. Eu nunca vi, Evaldo, uma instituição para ter tanto líder! Era para a gente tomar conta deste Congresso. E nem era para fazer greve, não. Era para a gente tomar conta aqui e ser a maior Frente Parlamentar deste Congresso, porque nunca vi tanto líder! A gente tem muitos líderes na polícia. A gente ouviu aqui os depoimentos, os discursos.

Mas nós somos muito divididos. As pessoas nos dividem com uma facilidade incrível, Mendonça Prado! Quando a gente estava lutando pelo piso nacional, Deputado Aragão, as pessoas estavam nos Estados colocando na cabeça dos policiais que o Major Fábio estava sonhando, que o Deputado Mendonça Prado estava sonhando em querer um piso nacional para os policiais. Eu tive até que profetizar, criar um *slogan* dizendo: “PEC 300, eu acredito!” Profetizando, como se aquilo fosse um grande milagre! Realmente, é muito difícil. Mas se tornou difícil, porque a gente mesmo não acreditou.

Agora eu vi ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado os magistrados receberem mais do que o teto! Mais do que o teto! Vai passar ligeiro, Mendonça. Vai passar ligeiro, porque isso acontece. Tem muita gente no nosso País já ganhando mais do que o teto, ganhando mais do que 29 mil reais. E a gente só queria que o soldado ganhasse 4 mil reais, porque ninguém estava enganando ninguém.

Quando a gente pegou o relatório na Comissão Especial com aquela história, que ainda passa nos jornais nacionais da vida, de que a PEC 300 é uma equiparação com Brasília... É conversa! Não tem mais isso no texto, não! A PEC 300 é a criação de um piso nacional e de um fundo constitucional para subsidiar os Estados. E isso está no programa de governo da Presidenta Dilma. Está no programa de governo dela a criação de um piso nacional e a criação de um fundo constitucional para subsidiar os Estados! Está no programa de governo dela, registrado em cartório! Eu digo isso sempre, mas as pessoas não escutam. E tem gente aqui que, para ir contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, diz. “Ah, vai onerar muito. Como é que os Municípios vão pagar?” Vai pagar o quê, se Município não tem polícia? Isso passa despercebido, isso passa despercebido.

Então, quando a gente lutou pelo piso nacional, quando a gente luta pelo piso nacional... porque hoje, sinceramente, a gente está vendo a situação de Prisco que



a gente sentiu bastante. Mas nós começamos a sentir a situação dos bombeiros desde o pessoal do Rio de Janeiro. Naquele negócio do Rio de Janeiro, eu estava morto ali. Eu não sabia o que fazer. Eu não era Deputado. No aeroporto, para ir para o Rio, ir ou não ir? A Adriana ligando para mim, e eu: atendo ou não atendo? Eu tenho 4 filhos, eu tenho uma esposa e eu previa tudo isso que está acontecendo aí. Tudo isso que está acontecendo, e que aconteceu, eu sabia que ia acontecer. E a gente sabia, Aragão, que ia acontecer tudo isso! A gente estava vendo que ia acontecer.

Hoje eu dei uma entrevista na Paraíba. E eu perguntei ao apresentador, que conhece a história da Paraíba — eu sou pernambucano também, nasci no Recife e cheguei à Paraíba em 1988 —, se ele conhecia alguém, na história da política da Paraíba, que rompeu, no primeiro dia de janeiro, com o Governador que apoiou? No primeiro dia de janeiro, eu perdi a eleição. Dívida, muita, porque eu andei este País, meu amigo, numa situação complicada! Era placa, era *folder* para distribuir. Gastei. E, às vezes, faltou dinheiro daqui, que ainda foi pouco, e entrei no meu. E a gente conseguiu andar pelo Brasil todo, mas, no dia 1º de janeiro, com um convite para ser Secretário do Governo da Paraíba que nós recusamos.

Os policiais disseram: *“Mas o senhor vai ficar onde? O senhor vai ficar dentro do Palácio ou do lado de fora, na praça?”* Eu disse: *“Vou ficar do lado de fora, na praça”*. Mas eu sei que muitos policiais, que não apoiaram ninguém, no primeiro convite que o Governador fez, estavam lá sentadinhos, bonitinhos, querendo alguma coisa do Governador e dizendo: *“O Major Fábio não resolve nada. Ele só faz brigar. Quem resolve é a gente. E sou mais candidato a Federal nas próximas eleições, porque esse Major não defende ninguém. Ele está aí com essa mentira da PEC 300. É só mentira essa história da PEC 300. É só mentira!”* E você ouve isso, porque a gente sabe como é que é o povo. Não é o policial, não, é o povo, né? Quando o maná não vem mais, ele só faz: *“Cadê Deus?”* Deus mandou o maná até hoje, mas o Diabo está mandando mais. *(Riso.) “Esse Deus que você me trouxe...”* Então, a mesma coisa é a gente.

À primeira mentira, os nossos policiais, que eram os últimos a acreditar, são os primeiros: *“O Major Fábio recebeu um caminhão de dinheiro. Um caminhão, não, uma carreta”*. Aí, começam a acreditar e a dizer: *“Rapaz, o Major Fábio...”* Quando eu chego lá, o camarada está dizendo: *“Eu ouvi dizer que o senhor recebeu não sei*



quantos milhões”. Eu disse: “Meu amigo, se eu tivesse não sei quantos milhões, se fosse uma coisa honesta, eu estava bem distante desse Estado, gastando meu milhão. Mas, se fosse honesto. Sem ser honesto, podem vir caminhões e caminhões que eu não quero, não. Eu não me vendo por dinheiro, não”.

Então, no dia 1º de janeiro, eu estava, Adriana, recebendo suas ligações: atendo ou não atendo? Atendo ou não atendo? Mas eu sabia que todo mundo estava grampeado. Eu sabia que estava todo mundo grampeado. Todo mundo, todo mundo grampeado! Principalmente um cara, que já não era mais Deputado, que armaram para pegá-lo antes de todo mundo, porque, no movimento lá da Paraíba, eu estava me segurando, porque eu sou ruim de greve, eu não gosto de..., porque eu sei, depois, o estrago que vai ser. O camarada: *“Estou desempregado, quero a cesta básica”*. E você sem ter, e o filho passando necessidade. E você: *“E agora? E o advogado?”* E eu sem ter advogado para botar para os camaradas. E eu me sustentando, disse: *“Meu Deus do Céu, o que é que eu estou fazendo aqui?”* E começou um movimento. Aqui é uma vigília, aqui não tem negócio de greve, não. E, sustentando, e os camaradas dizendo: *“Vamos, Major?”* Eu disse: *“Não, não vamos, não, cara! Vamos ficar aqui”*. E, nisso, o pessoal preparando para eu ir para Pernambuco — eu desconfio até de alguns policiais —, me chamando para ir para Pernambuco, para dizer assim: *“E você, agora é o quê?”* Eu disse: *“Eu sou Major aposentado”; “E esse revólver que você tem aí?”; “Rapaz, este revólver eu comprei”; “Mas você pode usá-lo aqui em Pernambuco? Não pode. Está preso”*.

E sendo preparado, Aragão, no começo, em janeiro, porque em janeiro eu estava lá na praça com os policiais fazendo vigília, sustentando. Pois houve um momento neste País, Aragão, em que eu e o Mendonça Prado exercemos uma liderança muito grande. E, se a gente chegasse àquela tribuna e dissesse: *“Nós vamos parar! Vamos parar o Brasil!”* O povo só esperando, e a gente com responsabilidade, com responsabilidade. Não estou dizendo que ninguém é irresponsável, não, mas com responsabilidade, porque você sabe que o policial não sabe fazer greve. Ele não pode, não, ele não sabe, porque, se é para parar, ele para mesmo, e acabou-se. Vai para dentro do Batalhão e, lá dentro, para sair, é complicado. O civil vai lá, negocia, e ele diz: *“A gente está aqui dentro e vamos ficar aqui. Traga mulher, traga os meninos. Vamos morar aqui dentro, e acabou-se”*. Não é assim? É assim, sim! Não tem política, não!



Então, a gente poderia, mas não fez. A gente sustentou, porque a gente tem responsabilidade. Hoje a gente sabe que está à véspera de uma Copa do Mundo, quando o Brasil está vivendo um momento difícil. Quem sustentou este País foram os policiais.

Quando a gente vê os policiais de São Paulo, Adriana, chega a dar pena. Dez policiais com escudo, os camaradas tocando rojão em cima, os policiais evoluindo, indo para cima, levando a perna, e caem, e se levantam. O Brasil assistindo, e eles sem poder dar um tiro de borracha. E os camaradas em cima desafiando, dando dez tiros num policial só, e ele sustentando a carga deste País. Tudo desorganizado! Menino de 10 anos no meio da rua segurando uma pistola ontem. Quem assistiu? Ontem, quem assistiu à *Record* viu.

Então, meus irmãos, eu quero dizer para vocês que nós temos um compromisso com os policiais. Nós gostaríamos muito que houvesse um piso nacional para que os policiais do Brasil todo pudessem ter um salário digno. Não vou colocar aqui tudo o que aconteceu comigo, as perseguições que eu passei. A gente assistiu a tudo isso. Essa história de Prisco pressionou um pouco todo mundo. Pressionou um pouco. Quem disser que não pressionou, mas pressionou todo mundo. Todo mundo ficou pressionado com isso. A gente lamenta muito o que aconteceu. Ainda fiz um discurso e fiz outras falas em outros locais, mas quero dizer que a gente precisa estar unido.

Eu acredito, Aragão, que realmente a gente pode trazer vários Deputados para a Câmara Federal. Hoje eu não estou pensando mais em ser candidato à reeleição. Hoje eu estou me lançando candidato a Governador. É uma candidatura impossível, mas estou me candidatando, porque eu não aguento mais ver o policial esperando pelas promessas que todos que passaram fizeram e não cumpriram.

Eu vou encerrar, porque está tendo agora votação nominal. Agradeço a oportunidade. Quero dizer que estou à disposição e que falhei. Eu não tinha experiência como Deputado, eu não tinha preparo para ser Deputado, mas o que eu pude fazer eu fiz. E nunca me vendi. Nunca deixei de dar um voto a favor da segurança pública da Paraíba. Nunca fiz oposição a Presidente da República, a Governador, a Presidente da Câmara. Hoje eu tenho certeza de que nenhum deles, até fora daqui, eu sem ser Deputado, podem olhar para mim e gostarem de mim. Mas eu fiz oposição e nunca assumi um cargo de Governo. Nunca! Eu não tenho



nenhum cargo. Meus filhos nunca trabalharam, minha esposa nunca trabalhou, ninguém na minha família nunca exerceu um cargo no Governo Municipal, nem no Governo Estadual, nem no Governo Federal! Saio daqui de cabeça erguida, sabendo que cumpri a minha obrigação. Agora nós precisamos estar mais unidos e defender a polícia e a segurança pública. Isso deve estar em primeiro lugar nas nossas lutas. Isso deve estar em primeiro lugar.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Eu quero agradecer a presença de todos e as palavras que foram aqui proferidas. Posteriormente, nós vamos encaminhar o vídeo. Eu não vou me alongar na conclusão, porque nós vamos ter uma votação nominal agora e também não quero ser repetitivo.

E, parafraseando o conterrâneo Major Fábio, Ariano Suassuna diz que não gosta de repetir as palavras ditas anteriormente, porque senão ele vai seguir o exemplo daquele professor que todo ano contava uma história na sala de aula. E, certo ano, ele chegou diante de 45 alunos, repetiu a mesma história, e 44 começaram a sorrir. Ele perguntou a um deles: *“Todos sorriram, só você que não sorriu. Por quê?”* Ele disse: *“Não, professor, porque eu sou repetente e sorri o ano passado”*. (*Risos.*)

Então, eu não quero ser repetitivo. Agradeço a presença de vocês, a gentileza do Zé Carlos e da Giovana, membros da Comissão de Segurança Pública, que fizeram um trabalho extraordinário e nos auxiliaram. Vou ao plenário para participar da votação e, posteriormente, voltarei para, se alguém quiser fazer alguma pergunta, concluir os nossos trabalhos e o nosso bate-papo. Mas eu tenho que seguir agora para o plenário para votar.

Muito obrigado pela presença de todos e até uma próxima oportunidade, se Deus quiser. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.